

Ecopolítica. Governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle.

Lixo e as tecnologias da miséria¹

Introdução

A proposta inicial deste estudo, em seu projeto apresentado à FAPESP (Fundação de Auxílio à Pesquisa do Estado de São Paulo), implicava realizar uma análise descritiva de práticas e discursos, desenvolvidas no Brasil, e que compõem a trajetória de exportação de uma tecnologia da miséria. A produção e disseminação de tal tecnologia tem sua aderência nos mecanismos de gestão dos restos humanos/urbanos. Trata-se da análise sobre a produção de mecanismos de governamentalidade, a ser disseminado em outros países considerados economicamente emergentes em que as particularidades socioeconômicas tornam-se a chave para sua efetivação.

Nas últimas duas décadas, observa-se uma reconfiguração no tratamento dos restos derivados da existência do sujeito em sociedade. Estas mudanças implicam desde uma mudança radical de nomenclaturas, em que a palavra lixo se decompõe em termos técnicos que tentam amenizar um impacto, não apenas social, econômico e ambiental, mas também semântico. A palavra lixo se desmancha no ar, suportada por aparatos técnicos e jurídico-políticos que apresentam um novo vocabulário. Resíduos, rejeitos, materiais recicláveis, embalagens pós-consumo são alguns destes termos que desvelam um novo contexto sobre a relação entre o sujeito e os refugos por ele expelidos (SOUZA, 2013).

No Brasil, um marco legal parece ser o ponto de dobra entre o lixo acumulado no passado e os resíduos a serem corretamente destinados no futuro. O Projeto de Lei para regulamentar uma Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10) ficou em debate durante quase 20 anos (1991-2010), envolvendo instâncias Federais, indústrias fabricantes e usuárias de embalagens e a sociedade civil, em que se destaca a participação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

¹ Este relatório situa apontamentos da pesquisa de Pós Doutorado de Ricardo Abussafy de Souza realizada no interior no Projeto Temático FAPESP *Ecopolítica* (processo: 2013/19790-1).

No texto da própria lei, é possível analisar a reciclagem semântica pela qual a palavra lixo foi submetida e, com efeito, a legitimação de um território para aprimoramento de novas tecnologias. O conjunto de atribuições da nova lei, bem como seus dispositivos periféricos (Decretos 7,404/10 e Decreto 7.405/10) reorganizam um número diverso de práticas dispersas e os agregam em um novo corpo de organização dos restos: a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

No debate público para a construção deste aparato jurídico-político, a legitimação, ou não, de alguns termos apontam algumas pistas para a construção desta análise de pesquisa. No que concerne ao texto da Política Nacional de Resíduos Sólidos, por parte do Estado, conseguiu-se atribuir às indústrias a qualidade de **poluidores-pagadores**, conceito que define as indústrias, tanto fabricantes, como usuárias de embalagens, responsáveis pela destinação adequada das embalagens pós-consumo. No entanto, tal conceito aparece apenas uma vez no corpo da lei, ao lado do conceito de **protetor-recebedor**. Apesar de não haver uma descrição sobre tais conceitos e nem mesmo uma orientação sobre os atores inseridos em cada um deles, supõe-se que dois principais atores estão inseridos no grupo dos protetores-recebedores. Um deles são as **municípios**, definidas na lei como responsáveis pelos serviços de gestão de resíduos (limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos). Desta forma, os serviços de gestão de resíduos são públicos e podem ser realizados diretamente pelas municipalidades, ou indiretamente, neste caso, dando prioridade às cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais recicláveis (BRASIL, 2010).

Estranhamente, estes dois temas aparecem no capítulo sobre princípios e objetivos, mas não têm uma descrição que o defina e não aparecem em mais nenhum artigo da referida lei. Esta ausência de uma descrição sobre a relação poluidor-pagador e protetor-recebedor acaba por tirar a força do debate sobre **Responsabilidade Estendida ao Produtor**, dando margens então para o surgimento e o detalhamento do que se definiu como **responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos**.

O conceito de Responsabilidade Estendida ao Produtor (REP) foi apresentado pela primeira vez em um relatório para o Ministério do Meio Ambiente da Suécia, pelo pesquisador Thomas Lindhqvist: “A responsabilidade estendida do produtor é uma estratégia de proteção ambiental para alcançar o objetivo de reduzir o impacto ambiental de um produto, tornando seu

fabricante responsável pelo conjunto do ciclo de vida do produto e, especialmente, por sua coleta, sua reciclagem e sua disposição final” (1992).

Sendo uma política disseminada nos países europeus, nos países chamados em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, este mecanismo parece não ter a mesma aderência. Isto porque as indústrias usuárias de embalagens avaliam como uma iniciativa de alto custo ter o dever de se responsabilizar por todo o ciclo de retorno dos resíduos sólidos até sua destinação adequada.

A saída encontrada pelas indústrias para os países menos desenvolvidos, e fora dos eixos norte americano e europeu, foi utilizar-se de um novo sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos. O conceito de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos origina-se no Brasil, a partir da Lei 12.305/2010, e define-se por “conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei” (BRASIL, 2010). A ideia desta nova política de gerenciamento dos restos dilui as responsabilidades entre indústrias, comércio, gestões públicas municipais, organizações produtivas de catadores de materiais recicláveis e moradores das cidades.

As diferenças entre Responsabilidade Estendida ao Produtor e Responsabilidade Compartilhada podem revelar, nas próximas décadas, uma diferença geopolítica no que diz respeito às opções estratégicas de manejo de resíduos sólidos. Na Europa, especialmente na chamada Europa dos 15 (sem considerar os países que aderiram mais recentemente à UE e cujo desempenho ainda é precário), as práticas de Responsabilidade Estendida ao Produtor vêm sendo realizadas desde a década de 1990. Nos Estados Unidos as mesmas práticas ganham cada vez mais território. Mesmo sem ter sido implantada na totalidade dos Estados, indústrias multinacionais como Coca-Cola e Nestlé Water North America vêm aderindo a tais práticas e realizando campanhas para fortalecimento de um modelo que atribui às indústrias, a maioria das responsabilidades sobre o que se convencionou denominar como destinação adequada de embalagens pós-consumo. A Nestlé, por exemplo, é uma das maiores financiadoras da Recycling Reinvented, organização não governamental voltada à adoção do princípio de Responsabilidade

Estendida ao Produtor na gestão de resíduos e que tem Robert Kenedy Jr. como um de seus dirigentes (ABRAMOVAY, 2013).

De outra parte, o conceito de Responsabilidade Compartilhada não dispõe de regulamentos legais prévios, o que permite ao setor empresarial formular mecanismos de gestão de resíduos sem estar previamente sob a batuta do Estado. O Brasil inaugura, portanto, a expressão mais sofisticada da gestão neoliberal sobre os restos da cidade e, no interior das disputas de mercado, tem como objetivo o investimento mínimo para um retorno máximo de resultados. Enquanto indústrias como Coca-Cola e Nestlé assumem todos os custos de gestão de resíduos nos países economicamente desenvolvidos, no resto do mundo a estratégia seria de compartilhar tais custos.

Um dos principais argumentos para impulsionar este sistema de responsabilidade compartilhada aproveita-se das particularidades socioeconômicas que envolvem a existência e inclusão do mercado informal de recicláveis em que se encontra o trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Assim, a necessidade de considerar problemáticas sociais e a estratégia da inclusão social acaba por ser adotada como uma prática de mercado neoliberal em que se constrói uma relação custo benefício.

Mesmo em países em desenvolvimento em que o conceito de Responsabilidade Estendida ao Produtor fora estabelecido por Lei, casos da África do Sul e da Índia, ou como no caso brasileiro em que o termo poluidor-pagador é citado em legislação específica (BRASIL, 2010), a presente pesquisa demonstra que práticas para promoção da responsabilidade compartilhada, utilizando de discursos e contextos socioeconômicos, começam a avançar com objetivo de desoneração das iniciativas de gestão de resíduos por parte das indústrias multinacionais.

O modelo brasileiro de gestão compartilhada dos resíduos mostra-se mais efetivo e apresenta uma solução mais sofisticada do que o modelo de Responsabilidade Estendida ao Produtor. Enquanto este último caracteriza-se pela criação de uma dicotomia entre um poluidor-pagador e um protetor-recebedor, o modelo de responsabilidade compartilhada traz consigo uma diluição das responsabilidades. Agregam em modo participativo os debates sobre a regulamentação dos procedimentos de governança sobre os restos e, por consequência, desonera o alto capital industrial em relação aos custos e efeitos colaterais de seus processos produtivos. A responsabilidade compartilhada pode ser, portanto, subentendida como desresponsabilização do alto capital industrial.

Em tempo, não se trata aqui de uma análise comparativa em que os modelos europeus e norte americano seriam casos de sucesso, em detrimento ao modelo brasileiro, mas de compreender, quais interesses levam indústrias multinacionais, responsáveis pela grande maioria de geração de embalagens descartáveis no mundo, a adotar diferentes modelos, já que as mesmas indústrias que promovem a Responsabilidade Estendida ao Produtor nos países considerados desenvolvidos, articulam a implementação e difusão do modelo de Responsabilidade Compartilhada nos países considerados em desenvolvimento ou subdesenvolvidos.

Primeiro recorte de análise

No primeiro recorte norteador de análise, porém não restritivo, foram considerados os países que atualmente compõem o bloco econômico conhecido como BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Este conjunto de países, considerados como *países em desenvolvimento*, fora colocado pela primeira vez em pauta no cenário econômico mundial em 2001, quando o economista inglês Jim O'Neill, chefe de pesquisa em economia global do grupo financeiro Goldman Sachs, publicou um estudo sobre grandes economias emergentes, com índices de crescimento promissores e poucos riscos. Ainda sem considerar a África do Sul, com as iniciais de Brasil, Rússia, Índia e China, criou a sigla BRIC, que ainda remetia à palavra tijolo em inglês, num paralelo com essa nova arquitetura econômica mundial em construção (O'NEIL, 2001). Anos depois a ideia de formação se solidificou no bloco BRICS e o grupo estabeleceu um calendário de encontros de diversos níveis, envolvendo o mundo acadêmico, os empresários e os governos.

No último destes encontros, mais especificamente no dia seguinte ao final da Copa do Mundo de Futebol, realizada no Brasil em 2014, foi realizada a VI Cúpula dos BRICS com a Declaração de Fortaleza, cujo foco recairia no “Crescimento Inclusivo: Soluções Sustentáveis” Logo no primeiro item do documento coloca-se o princípio “imperativo de enfrentar desafios à humanidade postos pela necessidade de se alcançar simultaneamente crescimento, inclusão, proteção e preservação”².

² BRICS, 2014. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/vi-cupula-brics-declaracao-de-fortaleza> (acesso em 12/08/2014).

O segundo item do documento chama ainda mais a atenção quando vemos países com históricos e características tão diferentes nos mais variados campos (econômico, social, político, ambiental, armamentista, dentre outros) emitir a seguinte declaração:

Nossas visões compartilhadas e nosso compromisso com o direito internacional e com o multilateralismo, com as Nações Unidas como seu centro e fundamento, são amplamente reconhecidas e constituem importante contribuição para a paz mundial, a estabilidade econômica, a inclusão social, a igualdade, o desenvolvimento sustentável e a cooperação mutuamente benéfica com todos os países (Ibid.).

Mais do que o reconhecimento destas “visões compartilhadas” parece querer-se produzir uma imagem de similaridade que se fundamenta antes de tudo por interesses econômicos. Tanto que no mesmo evento os líderes nacionais dos BRICS fundaram um novo banco de desenvolvimento, o Banco dos BRICS, como uma alternativa ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Com o objetivo de projetos de infraestrutura e desenvolvimento em países pobres e emergentes, o banco está configurado para promover uma maior cooperação financeira e de desenvolvimento entre os cinco mercados emergentes sócios. Nos primeiros quatro anos, a sede da instituição ficará em Xangai, China, e o primeiro chefe-executivo será indiano.

A destacar, estas mesmas “visões compartilhadas” não foram emitidas originalmente por autoridades ou estudos encomendados pelos países integrantes, mas sim por um economista britânico integrante de um dos maiores grupos financeiros mundiais (Goldman Sachs), que presta assessoria de investimentos para algumas das famílias mais ricas do mundo.

No entanto, ao que concerne a este estudo, vale ressaltar algumas das “palavras chave” destacadas nas primeiras proposições da Declaração de Fortaleza. São: *inclusão social, desenvolvimento sustentável, preservação e proteção num sistema de cooperação mútua*. O recorte proposto seria então o de analisar como estes conceitos, ou ainda, estas noções de inteligibilidade sobre um grupo definido de práticas, que acabam por inscrever certo regime de verdades, orientados por certo grupo de interesses, que acabam por desvelar uma racionalidade de governo de si e dos outros. Como dito inicialmente, o campo prático de análise de efetivação destes discursos remete aos projetos de desenvolvimento na área de gestão integrada de resíduos e a participação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Na Declaração de Fortaleza não constam os processos concretos que direcionariam as iniciativas na área de inclusão social e desenvolvimento sustentável, colocando-se apenas como indicativo como novas áreas de cooperação a serem exploradas o eixo: “Trabalho e Emprego, Seguridade Social, Políticas Públicas de Inclusão Social” (Ibid.). No entanto, pretende-se apresentar como resultado parcial, que algumas iniciativas no tema de pesquisa proposto já vêm sendo executados, especialmente nos países até o momento visitados: Brasil, África do Sul e Índia.

Segundo recorte de análise

O segundo recorte de análise diz respeito à produção desta “tecnologia da miséria”, e conforme apresentado na proposta inicial, a uma exportação desta tecnologia a partir do Brasil para outros países. Esta noção de sentido de exportação de uma tecnologia da miséria fora inicialmente apresentado em uma matéria de jornal. Esta reportagem, publicada em 2006 no jornal Folha de S. Paulo (BALBI, Folha de S. Paulo, p. B16, 25/05/2006), dedica-se a retratar as novas condições socioeconômicas da gestão sobre o lixo em países considerados economicamente emergentes. Intitulada *Brasil já exporta sua tecnologia da miséria humana*, a reportagem traz vários conceitos, estratégias e procedimentos característicos de uma nova forma de gestão, não apenas do lixo, mas também, como o próprio título nos apresenta, gestão sobre uma espécie de emanção social tão mefítica quanto o lixo, ou seja, a miséria humana. A matéria atingiu ainda mais notoriedade após ganhar uma Edição Especial do Prêmio BRACELPA (Associação Brasileira de Celulose e Papel)³.

³ A Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa) representa o setor industriário de fabricação de papel e celulose. O Prêmio BRACELPA foi lançado em 2006 com a finalidade de destacar as matérias sobre práticas em favor do desenvolvimento sustentável que promovam a disseminação do conceito de responsabilidade social e ambiental, além de reconhecer os melhores trabalhos jornalísticos sobre o tema produzidos no País. Para o ano de 2014 a BRACELPA reorienta sua política institucional e o nome da associação para IBÁ (Indústria Brasileira de Árvores). Por enquanto, a BRACELPA possui dois websites com endereços bem parecidos. Por este motivo considera-se válido citar a apresentação dos dois formatos institucionais que, por hora, são possíveis de serem visualizados na internet. **Apresentação Bracelpa:** “A Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa) é a entidade responsável pela representação institucional da indústria brasileira de celulose e papel junto a seus principais públicos de interesse. Busca manter relacionamento com autoridades e órgãos governamentais, entidades congêneres, representantes de outros setores da economia, organizações não-governamentais, universidades, escolas, consumidores e Imprensa – tanto no País como no exterior. Atua em áreas que envolvem negociações setoriais, políticas econômicas e industriais, temas ambientais, mudanças climáticas, reciclagem, entre outros temas. O trabalho da Bracelpa desenvolve-se no âmbito de um segmento agroflorestal e industrial cujos produtos são altamente competitivos, em um mercado globalizado e extremamente ativo. As empresas associadas à Bracelpa respondem pelo total da produção de celulose do Brasil e por 80% da produção nacional de papel, estão presentes em 540 municípios de 18 Estados brasileiros, e empregam mais de 703 mil trabalhadores diretos e indiretos.

Em seu prólogo, antes de exibir o contexto geral sobre tal realidade, a reportagem nos oferece uma noção de caso. Faz-se a apresentação da história de vida de um catador de materiais recicláveis que servira como noção de caso sobre esta miséria humana.

Carlos Antonio dos Reis, 31, ex-alcoólatra, quatro filhos, dois casamentos, um neto. Vive e sustenta a família com os R\$ 210 mensais que ganha como catador de embalagens, papel e papelão. Personagem da ponta da cadeia da reciclagem do lixo urbano, setor que movimentou no ano passado R\$ 7 bilhões, ‘Carlão’ virou ‘benchmark’ mundial. Ele lidera a Coopamare (Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis), de São Paulo, que reúne 60 catadores – uma das 400 apoiadas por empresas locais e internacionais (BALBI, Folha de S. Paulo, p. B16, 25/05/2006).

Em sequência a este caso, relata-se o modelo sobre o qual se quer falar e qual sua maior novidade em termos de impacto socioeconômico.

a indústria defende uma solução para o lixo compartilhada entre as empresas, o consumidor – que separa os produtos inorgânicos do resto do lixo – e o poder público. Nesse modelo, organizar e aperfeiçoar o trabalho do catador é o centro da proposta da entidade empresarial (Ibid.).

E, posteriormente, acrescenta:

O modelo que busca engajar na reciclagem o poder público, os 500 mil desvalidos que vivem do lixo urbano e as empresas que distribuem seus produtos em embalagens descartáveis, está sendo exportado para a China, a Índia, a Tailândia, a Rússia pelo Cempre (Compromisso Empresarial para Reciclagem). É o know-how da miséria entrando na balança comercial do país (Ibid.).

Internacionalmente, a Bracelpa empenha-se em difundir mensagens sobre a sustentabilidade da indústria brasileira de celulose e papel que, há décadas, planta e colhe árvores para fabricar seus produtos, ao contrário da prática adotada pela maioria dos grandes players globais do setor, que ainda se utilizam de florestas nativas (<http://bracelpa.org.br/bra2/?q=node/191> (acesso em 01/12/2014)); **Apresentação Ibá:** “A Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) é a associação responsável pela representação institucional da cadeia produtiva de árvores plantadas, do campo à indústria, junto a seus principais públicos de interesse. Lançada em abril de 2014, a entidade representa as 62 empresas e 8 entidades estaduais de produtos originários do cultivo de árvores plantadas, com destaque para painéis de madeira, pisos laminados, celulose, papel, florestas energéticas e biomassa, além dos produtores independentes de árvores plantadas e investidores institucionais. A Ibá reúne as empresas que participavam da Associação Brasileira da Indústria de Painéis de Madeira (Abipa), da Associação Brasileira da Indústria de Piso Laminado de Alta Resistência (Abiplar), da Associação Brasileira dos Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF) e da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa). Com o objetivo de valorizar os produtos originários dos cultivos de pinus e eucalipto e demais espécies plantadas para fins industriais, a Ibá atua em defesa dos interesses do setor junto a autoridades e órgãos governamentais, entidades da cadeia produtiva de árvores plantadas e importantes setores da economia, organizações socioambientais, universidades, escolas, consumidores e imprensa – tanto nacionalmente, como internacionalmente. A missão da Ibá é incrementar a competitividade do setor e alinhar as empresas associadas no mais elevado patamar de ciência, tecnologia e responsabilidade socioambiental ao longo de toda a cadeia produtiva das árvores, na busca por soluções inovadoras para o mercado brasileiro e global. Essa missão está alicerçada na certeza de que a árvore plantada é o futuro das matérias-primas renováveis, recicláveis e amigáveis ao ambiente, à biodiversidade e à vida humana. Além disso, é no potencial das árvores plantadas que se baseiam os projetos de investimento das empresas associadas, em andamentos e previstos, que visam ao aumento dos plantios, ampliação de fábricas e novas unidades, estimados em R\$ 53 bilhões até 2020”. Disponível em: <http://www.bracelpa.org.br/web/pt/institucional/apresentacao.htm> (acesso em 01/12/2014).

No cenário da gestão de resíduos, as articulações empresariais não ficam descoladas desta reconfiguração e produzem as estratégias de modulação para isto. Neste contexto surge o Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE), uma associação sem fins lucrativos, dedicada à promoção da reciclagem dentro do conceito de gerenciamento integrado de resíduos sólidos. Fundado em 1992, o CEMPRE é mantido por empresas privadas de diversos setores: Danone, Coca-cola, Gerdau, Nestlé, Procter&Gambles, Philips, Unilever, Tetra-Pak, Carrefour, Ambev, dentre tantas outras indústrias e empresas multinacionais.⁴

Esta instituição é responsável por uma configuração bem específica do contemporâneo que soube potencializar o tripé da sustentabilidade no contexto da gestão integrada de resíduos. Assim, desenvolveu projetos que envolviam a implantação ou ampliação de Coleta Seletiva em municípios com participação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Em paralelo a este trabalho do setor empresarial, o movimento social conhecido como Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) desde o Encontro Latino Americano dos Catadores de Materiais Recicláveis, realizado em 2002 na cidade de Caxias do Sul, vem também exportando uma forma de organização para aqueles que vivem informalmente da coleta e da venda dos resíduos recicláveis. Prova disto é que em 2008 foi realizado em Bogotá o I Congresso Mundial dos Catadores de Resíduos Sólidos. As pautas deste encontro bradavam sobre o reconhecimento profissional desta categoria e sua inserção nos debates governamentais e de mercado sobre o contexto dos recicláveis como riquezas naturais e comercializáveis (MNCR & CENTRO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS – PANGAEA, 2008).

No entrecruzamento dos interesses empresariais e nas lutas de movimentos sociais, o lixo aparece, portanto, para além de um ponto de conflito, um ponto de paradoxo, pois do Brasil exporta-se uma mesma tecnologia sobre a gestão de resíduos a ser defendida tanto pelas indústrias como pelas organizações sociais de catadores. A exportação de uma tecnologia da miséria, que se faz interessante para estes diferentes atores, e que tem como mediador uma razão governamental planetária que discursa e se efetiva em nome da preservação ambiental sustentável.

Nestas configurações, as pistas que se pretendem rastrear e mapear são, justamente, estas tecnologias que unem o econômico, o social e o ambiental tendo como seu plano de aplicação a

⁴ Disponível em: <http://www.cempre.org.br/> (acesso em 23/05/2013).

gestão de resíduos. Com isto, interrogar quais linhas de racionalidade sobre o governo das condutas implica em traçar a rota desta tecnologia da miséria que tem como estratégia o benefício máximo e o custo mínimo apoiados no conceito de desenvolvimento sustentável.

No entanto, apresentar-se-á que, apesar de ser identificadas algumas noções de orientação de um protótipo de modelo de implementação desta tecnologia que parte do Brasil para outros países, não é ainda possível afirmar que este seria o único e totalizador percurso de produção dos procedimentos necessários para sua efetivação. Os países até o momento visitados para além do Brasil, ou seja, África do Sul e Índia, apresentaram um corolário diferenciado de contexto que podem indicar outras modulações para efetivação desta tecnologia de manejo dos miseráveis, em especial, aqueles que vivem no setor informal relacionado à gestão de resíduos sólidos.

Portanto, no que concerne aos dois principais recortes de análise, é possível que a pesquisa tenha uma reorientação para seu segundo período de vigência, caso aprovado pela FAPESP, que implicará em analisar não mais e tão somente a *exportação* de uma tecnologia da miséria proveniente no Brasil para outros países em desenvolvimento, mais ainda analisar a *produção* desta tecnologia nestes diferentes países a partir de diferentes táticas de modulação conforme os contextos e problemáticas locais encontradas.

Trata-se, portanto, de analisar uma estratégia que começa a se sedimentar em âmbito global – a gestão integrada de resíduos sólidos como plano de ação para governo de uma parcela de miseráveis –, mas que se efetiva por modulações locais conforme os diferentes contextos encontrados nos diferentes países.

Nesta dobra sobre o registro do governo das condutas abre-se um território de análise crítico-genealógico que pretende evidenciar esta racionalidade contemporânea sobre a gestão global de resíduos tendo como princípio de governo a vida das populações e dos viventes.

Estratégia metodológica

A coleta de dados e levantamento dos documentos possibilitou a precisão nos recortes e trajetória de análise apresentadas introdutoriamente e que serão descritos em seus pormenores de modo transversal ao longo dos capítulos deste relatório. Isto porque, à análise genealógica, dispensa-se a formulação a priori das hipóteses e, em seu lugar, localiza certas problematizações emergentes no contemporâneo que definem primeiramente uma superfície de análise. Esta superfície – território das urgências do contemporâneo e suas condições de aparecimento –

funciona então como um diagrama de análise em que se rastreia aquilo que o circunscreve. Assim, os rastros deixados por estas urgências e suas condições de aparecimento se materializam em documentos, normas de conduta e produção de conhecimento que eternizam práticas e discursos, de modo a serem legitimados em certo regime de verdades.

A genealogia como estratégia metodológica tem como função descritiva traçar as formas de efetivação dos discursos no que tange as relações humanas e os efeitos de verdade que lhes oferecem a chancela da legitimidade no campo das normatividades e normalidades. A análise descritiva deve operar na superfície dos acontecimentos de modo que possibilite o reconhecimento de “práticas descontínuas que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem”. É isto que o autor classifica como uma direção paradoxal de análise que traz a proposição de uma “teoria das sistematicidades descontínuas” (FOUCAULT, 2005, p. 52-53), o que torna a investigação por fontes de pesquisa ampla e difusa, mas, ao mesmo tempo, consistente e coesa. Trata-se, portanto, em ler a história pela descontinuidade dos acontecimentos, cuja proveniência e efeitos são múltiplos.

Deste modo, o material de pesquisa pauta-se fundamentalmente na análise dos efeitos das práticas e de seus sentidos discursivos. Este tipo de estratégia toma então como material descritivo, não às práticas em si, mas os conhecimentos, ou as racionalidades que se produzem a partir delas. Análise dos discursos e de sedimentação de práticas a partir daquilo que os constituem como um regime de verdades. Em efeito, a construção de uma estratégia de pesquisa que não procura a chancela de um resultado sobre aquilo que as práticas querem dizer, mas, em seu lugar, descreve como estas práticas, por vezes dispersas no território, são forçosamente aglutinadas sobre aquilo que querem dizer sobre elas.

A partir deste posicionamento metodológico, foi realizado o arrolamento de bibliografia sobre o tema, bem como, o levantamento e análise de documentos de instituições econômicas, sociais e ambientais que asseveram sobre a temática em questão. Realizou-se ainda pesquisa de campo em diferentes cidades do Brasil, África do Sul e Índia.

Para esta visita de campo foi necessário um período prévio de pesquisa sobre instituições que trabalham com a temática nestes países, realização de contato, apresentação da proposta e posterior agendamento de visita para entrevistas com integrantes das equipes das instituições que trabalham na área social e/ou ambiental com o apoio de grupos de catadores.

Além das reuniões com as instituições socioambientais a serem citadas na sequência, foram feitos contatos com os grupos de catadores, lideranças das respectivas representações nacionais destes trabalhadores, tais como o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR (Brasil), South African Waste Pickers Association – SAWPA (África do Sul) e Kagad Kach Patra Kashtakari Panchayat (PPKPK) – Índia.

Também foram realizadas entrevistas com pesquisadores acadêmicos, participação em eventos acadêmicos e participação em eventos técnicos cujos temas estão relacionados com a problemática desta pesquisa.

Os tipos de documentos encontrados podem, para o momento, serem divididos em alguns grupos distintos e, ao mesmo tempo, complementares:

Aparato jurídico-político e normativo.

O primeiro esclarecimento que se faz necessário, é que o uso da noção jurídico-política de sujeito não remete apenas ao domínio da lei e da soberania, assim como, à de repressão. Determinar como campo de investigação um aparato jurídico-político significa, antes de tudo, inquirir sobre o domínio das normatividades que circunscreve as relações de poder entre os sujeitos. Isto implica em não considerar a lei como um *corpus* de códigos e textos, mas sim considerar um conjunto de normas, entre estas, o conjunto legal, como tática de governo dos sujeitos e os efeitos das aglomerações urbanas, de modo a estabelecer um campo de comparação, de diferenciação e de regras a seguir.

A proposta não é de considerar a lei como instrumento rígido de atuação sobre o sujeito, mas considerar a estratégia normativa implícita no aparato jurídico-político, em que permite absorver uma variação de modos de conduta da população e lhes atribuir uma legitimidade e, por consequência, viabilizar formas de governamentalidade.

Michel Foucault, no primeiro volume de sua *História da Sexualidade* (1998), estabelece um claro raciocínio sobre a relação entre lei e normatividade como procedimento constituinte das práticas da biopolítica.

Outra consequência desse desenvolvimento do biopoder é a importância crescente atribuída ao jogo da norma a expensas do sistema jurídico da lei [...] Eu não quero dizer que a lei desapareceu ou que as instituições de justiça tendam a desaparecer; mas sim que a lei funciona cada vez mais como uma norma e que a instituição judicial se integra mais e mais a um *continuum* de aparatos (médicos, administrativos, etc.) (FOUCAULT, 1998, p. 189-190).

Nesta lógica de análise, são descritas as condições legais e normativas como modos de formalização das relações conforme a temática em questão, sendo possível agregar um repertório de documentos, tanto internacionais, nacionais, institucionais, como normatividades que agregam as formas de relações entre e intra os grupos de catadores. Fazem parte deste conjunto os tratados, declarações e acordos internacionais; legislações e regulamentações nacionais; estatutos, regimentos, códigos de postura institucionais, dentre outros.

Acerca dos documentos internacionais, foram considerados os documentos produzidos por agendas globais ambientais como: Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, ou Conferência de Estocolmo (1972); Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida também como ECO-92, Rio-92, Cúpula ou Cimeira da Terra, realizada 1992 no Rio de Janeiro; Rio+10 ou Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizado em Johannesburgo em 2002; e Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como Rio+20, realizada em 2012.

Ainda sobre os documentos internacionais utilizou-se a Declaração de Fortaleza, documento produzido como resultado do encontro da VI Cúpula dos BRICS (2014), cujo tema “Crescimento Inclusivo: Soluções Sustentáveis”. Consta na análise dos resultados a relação que as estratégias inclusivas constroem com o tema da organização os catadores de materiais recicláveis como plano de manutenção da miséria no âmbito da gestão integrada de resíduos sólidos.

Legislações nacionais também são utilizadas nestas análises, posto que um dos aspectos comuns nos processos de normatização da relação entre população e seus restos, dentre os países até o momento visitados (Brasil, África do Sul e Índia) apresentam recentes normas legais de âmbito nacional na área de gestão de resíduos sólidos. Dentre estes documentos constam: Brasil – Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, Lei nº 12.305/2010), bem como sua regulamentação por Decreto (BRASIL, Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010) e Programa Pró-Catador (BRASIL, Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010); Índia: Draft Management Solid Waste (Management and Handling) Rules – 2013 (ÍNDIA, 2013), Garbage Control Act, 2006, Plastic Waste (Management and Handling) Rules – 2011 (ÍNDIA, 2011); África do Sul: Waste Act 2008 (ÁFRICA DO SUL, 2008) e Amendment to the Waste Act 2008 (ÁFRICA DO SUL, 2008).

Além destes documentos de ordem nacional e internacional, são analisados alguns documentos institucionais pertencentes às práticas de organização e articulação entre os catadores de materiais recicláveis como estatutos e normativas sobre suas representações nacionais nos países visitados. As formas de organização variam de natureza conforme o país. No Brasil há dois formatos institucionais para o mesmo grupo de articulação: Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e Associação Nacional de Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis (ANCAT). Na África do Sul, a representação nacional esta organizada em forma de associação, South African Waste Pickers Association (SAWPA). Na Índia, a organização em sindicato foi o formato encontrado entre os catadores e suas instituições de apoio, Kagad Kach Patra Kashtakari Panchayat (KKPKP).

Aparato técnico

O aparato técnico, em seus modos de efetivação, caracteriza-se aqui como o principal efeito das práticas a serem descritas. Em todo conjunto de práticas, além de seu campo discursivo, que tem por função agregar diferentes formas de aparecimento, em um mesmo conjunto de inteligibilidade, encontra-se o conjunto de racionalização das práticas em termos técnicos. Trata-se então de como é descrito um conjunto de procedimentos e mecanismos, como são estabelecidos os critérios para consideração de algumas práticas em detrimento a outras e da construção de índices para avaliação de resultados.

As práticas descritas em seus termos técnicos, para além do campo conceitual, traz o campo pragmático para a análise crítica em questão. Isto significa atribuir uma finalidade viável e não apenas ideológica ao processo de governamentalidade e, sendo assim, o estabelecimento de estratégias e táticas de efetivação dos discursos no campo do real. Em uma compilação dos termos “técnica” e “tecnologia” nas obras de Michel Foucault, Edgar Castro, assim define tal concepção:

(...) as práticas definem o campo de estudo de Foucault, incluindo as epistemes e os dispositivos. As práticas se definem pela regularidade e essa racionalidade, por sua vez, têm caráter reflexo, são objeto de reflexão e análise. Os termos “técnica” e “tecnologia” agregam à ideia de prática os conceitos de estratégia e tática. Com efeito, estudar as práticas como técnicas ou tecnologia consiste em situá-las em um campo que se define pela relação entre meios (táticas) e fins (estratégia). Foucault utilizou essa terminologia e essa conceitualização, em primeiro lugar, para estabelecer uma metodologia de análise do poder (a disciplina e o biopoder); depois estendeu essa perspectiva ao estudo da ética (CASTRO, 2009, p. 412).

Para o estudo das tecnologias de manejo da miséria no campo da gestão de resíduos sólidos e o efeito de organização dos catadores de materiais recicláveis, pode-se considerar um conjunto primordial tecnológico que diz respeito às diferentes tecnologias socioambientais e suas diferentes técnicas de efetivação.

O conteúdo de documentos reporta conteúdos produzidos por instituições que trabalham diretamente com gestão de resíduos sólidos e/ou com catadores de materiais recicláveis e que, sobre este campo de intervenção, produzem conteúdo de conhecimento como relatórios de atividades, relatos de experiência, análise de resultados de projetos de intervenção, publicações bibliográficas acerca do tema, sistematização de dados a partir de sistema de monitoramento sobre tal campo de atividades.

Como o conjunto de documentos é extenso, para o momento vale citar as instituições que foram consideradas na pesquisa como fonte de coleta, como representantes de diferentes campos de interesses, ou seja, associações de indústrias, organizações não governamentais, representações dos catadores de materiais recicláveis e redes de instituições do terceiro setor. No campo de articulação transterritorial, quatro instituições sobressaem: International Solid Waste Association – ISWA, Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing (WIEGO), GlobalRec (Global Alliance of Waste Pickers) e Fundação AVINA. Das instituições de atuação nacional, regional ou local serão consideradas as seguintes: Brasil – ANCAT, Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA), PANGEA – Centro de Estudos Socioambientais e Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE); África do Sul – Solid Waste Network, Asye Ethafuleni (AyE), Packaging Council of South Africa (PACSA) e PETCO – Pet Plastic Recycling South Africa; Índia – Chintan: Environmental Research and Action Group e Kagad Kach Patra Kashtakari Panchayat (KKPKP).

A etapa de coleta de dados ainda levantou um número consistente de documentos como legislações, relatórios, artigos técnicos, vídeos documentários e institucionais que sinalizam importantes características desta produção e sofisticação de uma tecnologia da miséria.

Relatório de visitas de campo

1) Brasil:

- Reunião com representações estaduais do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis nos seguintes Estados: Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Ceará e Amazônia.
- Visita à ONG INSEA⁵ em Belo Horizonte: esta instituição realiza projetos de apoio às cooperativas de catadores em diversos municípios no Estado de Minas Gerais e em alguns municípios nos Estados de Espírito Santo e Amazônia.
- Visita à ONG PANGEA⁶ em Salvador: atualmente realizam projetos de apoio a cooperativa de catadores no Estado da Bahia e do Rio de Janeiro, sendo ambos realizados em diversos municípios.
- Visitas de campo à cooperativas de catadores nos seguintes municípios: São Paulo (SP), Assis (SP), Ourinhos (SP), Sorocaba (SP), Cotia (SP), Embu das Artes (SP), Taboão da Serra (SP), Santana do Parnaíba (SP), Araraquara (SP), Belo Horizonte (MG), Itaúna (MG), Contagem (MG), Patos de Minas (MG), Porto Alegre (RS), Santa Cruz do Sul (RS), Pinhais (PR), Londrina (PR), Salvador (BA), Fortaleza (CE), Pacatuba (CE), Manaus (AM) e São Gabriel da Cachoeira (AM).

2) África do Sul:

a) Cidade do Cabo:

- Reunião com Teresa Perez da Universidade de Cape Town (UCT): Trabalha no departamento de sociologia e tem projeto de doutorado sobre estigma dos catadores.

⁵ O INSEA se propõe a construir, participativamente, alternativas de proteção socioambiental, promovendo a proteção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental com inserção social das pessoas envolvidas. Pretende, também, desenvolver tecnologias alternativas que busquem o equilíbrio do meio ambiente aliadas à capacitação e implantação de programas de gestão integrada e participativa de resíduos sólidos urbanos. Em sua atuação, o INSEA procura desenvolver programas sociais, econômicos e ambientais para assistência, formação e capacitação de grupos comunitários, Organizações Não Governamentais e Governamentais. Disponível em: <http://www.insea.org.br/propostas/> (acesso em 12/11/2014).

⁶ A missão do Pangea é contribuir para a construção de uma sociedade sustentável, identificando, propondo e complementando soluções integradas para problemas sociais, econômicos e ambientais. Disponível em: <http://www.pangea.org.br/> (acesso em 12/11/2014).

- Visita ao bairro de Salt-River: região de intensa atividade de acatadores de rua e concentração de centrais de compra de recicláveis por empresas informais intermediárias dentro da cadeia de mercado dos recicláveis.
- Visita à favela Phillip para conhecer o projeto Rede de Resíduos Sólidos (Solid Waste Network). Solid Waste Network (SWN) é uma iniciativa da Informal Settlement Network (ISN) na Cidade do Cabo que fornece acesso aos mercados para os catadores informais. Ele emprega cinco funcionários em tempo integral, e os serviços de mais de 350 catadores em toda a área metropolitana de Cidade do Cabo: “O objetivo deste modelo de empresa social para a reciclagem na Cidade do Cabo é subir na escala da cadeia nacional, e tem o potencial real para alcançar um impacto sustentável como um programa de meios de subsistência”⁷. Em 2005, ISN estabeleceu ligações com grupos de reciclagem em Nairobi e Cairo e participou trocas horizontais de aprendizagem entre as 3 cidades. Ao voltar para a África do Sul, a primeira fase de implementação focou principalmente na construção da rede. Em outubro de 2005, a rede vendeu seu primeiro lote de plástico, papelão e vidro recicláveis a um intermediário para a indústria de reciclagem.

b) Durban:

- Visita à ONG Asiye eTafuleni que trabalha com catadores de rua e do lixão além de outros tipos de trabalhos inclusão social de trabalhadores que compõem alguns setores informais de mercado como, por exemplo, vendedores de rua⁸.
- Visita ao centro da cidade de Durban, acompanhado com equipe de ONG Asiye eTafuleni, para conhecer a atividade dos catadores na região e conversar com alguns destes sobre sua atividade cotidiana de catação e venda de materiais para intermediários.

⁷ Disponível em: <http://sasdialliance.org.za/projects/solid-waste-network/> (acesso em 16/12/2014).

⁸ Apresentação oficial da ONG em seu website: “Asiye eTafuleni (AeT) was founded in 2008 by Richard Dobson and Patrick Ndlovu, two local eThekweni (Durban, South Africa) officials concerned with the widening gap between the city government’s urban agenda and the realities faced by Durban’s inner-city informal workers – a large and historic downtown community. Dobson and Ndlovu had both been part of a municipal urban regeneration project, an experience that informed their belief that informal workers should be engaged with through consultative processes. (...)From its founding in 2008, AeT has worked to develop strong relationships with local and international stakeholders, create new opportunities for research, design, advocacy and education around informal work and urban environments. Through its work, AeT has been recognized for its local and global achievements and provides an example of an integrated programme for the inclusion of informal workers into urban settlements”. Disponível em: <http://aet.org.za/www12.flk1.host-h.net/our-story/> (acesso em 06/09/2014).

c) Pietermaritzburg:

- visita à ONG GroundWork⁹ que dá suporte técnico à South African Waste Pickers Association (SAWPA)¹⁰ e realiza outras campanhas nacionais de valorização do trabalho do catador e contra as tratativas governamentais e privadas para incineração do lixo.

d) Joanesburgo:

- Reunião com Melaine Samson (ONG WIEGO¹¹);
- Reunião com Belinda Booker (PETCO)¹² é a versão sul africana do Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE) existente no Brasil;
- Reunião com Simon Mbata líder e presidente da South African Waste Pickers Association (SAWPA)

e) Salsoburgo:

⁹ Apresentação oficial da GroundWork em seu website: “GroundWork is a non-profit environmental justice service and developmental organization working primarily in South Africa but increasingly in Southern Africa. GroundWork seeks to improve the quality of life of vulnerable people in South Africa, and increasingly in Southern Africa, through assisting civil society to have a greater impact on environmental governance. GroundWork places particular emphasis on assisting vulnerable and previously disadvantaged people who are most affected by environmental injustices. Disponível em: <http://www.groundwork.org.za/about.php> (acesso em 06/09/2014).

¹⁰ A SAWPA tenta se constituir como uma representação nacional dos catadores de materiais recicláveis. Em conversa com uma de suas lideranças, Simom Mbata, atualmente este catador percorre diversos municípios pela África do Sul, com o objetivo de mobilizar grupos de catadores (grupos informais, ou organizados em empreendimentos) para o estabelecimento de uma pauta em comum de negociação com o governo federal e com o setor privado.

¹¹ Apresentação oficial da WIEGO em seu website: Mulheres no Emprego Informal: Globalizando e Organizando (WIEGO) é uma rede global de ação-pesquisa-política que procura melhorar o status dos trabalhadores pobres na economia informal, especialmente mulheres. O fortalecimento econômico dos trabalhadores pobres, especialmente mulheres, na economia informal é a missão central da WIEGO. Nós acreditamos que todos os trabalhadores devem ter iguais oportunidades econômicas e direitos, bem como serem capazes de determinar as condições dos seus trabalhos e das suas vidas. WIEGO é composta por organizações de trabalhadores informais, pesquisadores individuais e profissionais gestores engajados ou preocupados com o emprego informal. Nós procuramos melhorar o status dos trabalhadores pobres, especialmente mulheres (...). Disponível em: <http://wiego.org/portugues> (acesso em 06/09/2014).

¹² Apresentação oficial da PETCO em seu website: PETCO foi criada em dezembro de 2004 como um Pty Ltd Companhia com o objetivo específico de promover e melhorar a gestão de resíduos e reciclagem de pós consumo das embalagens de Polietileno Tereftalato (PET) em nome de todos os intervenientes na indústria de PET na África do Sul. Disponível em: http://www.petco.co.za/ag3nt/system/about_petco_03_history.php#SAPR (acesso em 06/09/2014).

- Participação no lançamento formal da primeira cooperativa de catadores de materiais recicláveis patrocinada pela PETCO e pautado no modelo de cooperativas patrocinadas pelo CEMPRE – Brasil.

3) Índia:

a) Nova Deli:

- Reunião com a presidente da ONG Chintan¹³ que atua com catadores da cidade de Nova Deli organizados em diferentes atividades de catação (coleta porta-a-porta, catadores de rua e do lixão). Chintan ainda participa de várias campanhas de valorização da atividade de catadores e também de articulações junto à municipalidade para reconhecimento dos catadores como trabalhadores que prestam serviço pública à cidade.

- Visita à cooperativa Safai Sena¹⁴ apoiada pela ONG Chintan e conversa com o presidente Santo.

b) Mumbai:

- Reunião com a jornalista Nidhi (Chintan) que vem visitando cooperativas de catadores, bem como, lixões e aterros sanitários em vários municípios na Índia e que publicará no início de 2015 um livro relatando sobre cenário nacional da Gestão de Resíduos Sólidos.

c) Pune

- Reunião com a presidente do sindicato de catadores e Pune Kagad Kach Patra Kashtakari Panchayat (KKPKP)¹⁵.

¹³ Apresentação oficial da Chintan em seu website: Chintan works for environmental justice in partnership with people and groups from diverse sections of society. Our focus is on ensuring equitable and sustainable production and consumption of materials, and improved disposal of waste. An important part of this is ensuring green jobs, security and dignity for the urban poor, many of whom earn a living as waste recyclers. Disponível em: <http://www.chintan-india.org/> (acesso em 06/09/2014).

¹⁴ Apresentação oficial da cooperative Safai Sena em seu website: Safai Sena means An Army of Cleaners. We are a registered group of waste pickers, doorstep waste collectors, itinerant and other small buyers, small junk dealers, and other types of recyclers. Safai Sena's vision is that adult waste handlers must be able to upgrade their work to green jobs, which means that apart from being good for the environment, our work should be safe, respected recognized and clean for us. Our dream is also for our children to go to school instead of becoming waste pickers. Disponível em: <http://www.safaisena.net/> (acesso em 06/09/2014).

¹⁵ Apresentação oficial da KKPKP em seu website: Kagad Kach Kashtakari Panchayat is our trade union. It brings together waste pickers, itinerant waste buyers, waste collectors and other informal recyclers. We recover, collect, categorise and sell scrap materials such as corrugated board, paper, plastics, metals and glass for recycling. We also

- Visita e conversa com os catadores da cooperativa SWaCH¹⁶.

O manejo da vida como tática de governamentalidade

Eu sou a beira do mundo.

Estamira

Um breve cenário...

Ao norte do Estado do Amazonas, há aproximadamente mil quilômetros de sua capital, está São Gabriel da Cachoeira. Um dos maiores municípios brasileiros em extensão territorial, fazendo divisa com Venezuela e Colômbia, e com mais três línguas oficiais além do português (nheengatu, tucano e banúia), São Gabriel da Cachoeira está à beira das políticas de estruturação e desenvolvimento urbanístico nos planejamentos estadual e federal. Uma cidade, habitada em grande parte pelas forças armadas, justifica a atenção militar pela região fronteira do país e pela proteção à biodiversidade característica da Floresta Amazônica.

Mas na beira de São Gabriel da Cachoeira a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Ekatina, situada na comunidade indígena Boa Esperança, que fica, por sua vez, à beira do lixão da cidade, não parece lembrar a Amazônia da fauna e flora diversa comuns de serem vistas, admiradas e tantas vezes problematizadas.

Os catadores-índios, após o trabalho matinal na horta, ouve o caminhão de lixo chegar e correm para garimpar as latinhas de alumínio. Entre restos de comida vindos da cidade e dos alojamentos militares, entre moscas e cachorros, os índios baré e tucano entram fundo no lixo antes que o que ali sobrar seja queimado. Após coletarem as latinhas, único material com valor de venda, já que todo material reciclável sai de barco e leva de três a cinco dias para chegar à

provide garbage collection, composting and related waste management services. Our members are self employed workers. Disponível em: http://www.wastepickerscollective.org/index.php?mod=about_us (acesso em 06/09/2014).

¹⁶ Apresentação oficial da cooperativa SWaCH em seu website: “SWaCH (Solid Waste Collection and Handling or, officially, the SWaCH Seva Sahakari Sanstha Maryadit, Pune) is India’s first wholly-owned cooperative of self-employed waste pickers / waste collectors and other urban poor. It is an autonomous enterprise that provides front-end waste management services to the citizens of Pune”. Disponível em: <http://swachcoop.com/about-swachpune.html> (acesso em 06/09/2014).

capital, os catadores índios andam seus 500 metros até chegar às suas residências. Saem do lixão, mas o lixão não sai da convivência na comunidade. A fumaça do lixo queimado pela prefeitura, ao sabor do vento, por vezes invade o cotidiano da Comunidade Boa Esperança e causa as características náuseas e dores de cabeça nas famílias indígenas.

Em reunião com a diretoria da Associação Ekatina, os cinco catadores ali presentes falaram sobre o galpão (apenas algumas vigas que sustentam um telhado de folhas de zinco) que tem uma prensa de latinhas e uma caixa de força para ser ligada à energia que nunca chegou à comunidade. A construção do galpão e compra dos equipamentos foram gerenciados pela Paróquia local que captou o recurso em nome da associação, mas nunca apresentou os valores absolutos de investimento. Uma ONG de Minas Gerais que vem apoiando catadores de materiais recicláveis em Manaus também realizou uma visita ao grupo, assim como representantes estaduais do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

Em reunião com a Secretária Municipal do Meio Ambiente, que tem apenas uma escrivania como área física para gestão da *pasta ambiental*, afirmou que a gestão de resíduos vem sendo um tema crescente no município, mas ainda não dispõem de recursos específicos para a questão dos índios catadores.

Em contraponto, a questão da inclusão social do setor informal da reciclagem é levantada como prioridade *sine qua non* em vários encontros nacionais e internacionais, no que concerne à temática da gestão de resíduos sólidos. Investimentos milionários vêm sendo executados em diferentes países considerados em desenvolvimento ou subdesenvolvidos.

Embora motivados por discursos sociais, a participação de catadores de materiais recicláveis nos processos de gestão de resíduos sólidos só parecem fazer sentido se apresentarem uma relevância econômica pra as indústrias geradoras das embalagens, responsáveis por uma boa parcela de investimentos nesta área.

Assim, estes índios catadores, parecem estar sendo preparados para quando o seu momento chegar. E qual seria este momento? Quando algum discurso ou estudo de viabilidade econômica provocar sentido nas grandes instâncias de governo ou das indústrias para justificar um investimento de recolha das embalagens que, no momento, vêm sendo queimadas no meio da floresta amazônica e há quinhentos metros de suas casas.

A Associação Ekatina, após as devidas visitas técnicas, foi mapeada, regulamentada, está sendo monitorada¹⁷, mas deverá esperar sua vez no cronograma de prioridades sociais, ambientais e econômicas estipuladas pelas agendas globais e nacionais sobre desenvolvimento sustentável. Ekatina, em tucano, significa alegria.

Em termos convencionais, ao pensarmos sobre um objeto de pesquisa e sobre a relevância do tema que o contextualiza, a direção de análise tende a colocá-lo em uma perspectiva central, como o movente da problemática. Mesmo temas convencionalmente marginais como a pobreza, a miséria, a loucura, a criminalidade, enfim, as condutas desviantes, quando colocados em ponto de análise nas ciências humanas, apontam para a direção da exclusão como ponto nevrálgico de uma problemática socioeconômica e bradam pela urgência (ou relevância) da inclusão.

Neste processo de análise em que se tem como objeto as relações entre lixo, sociedade e a produção de uma tecnologia sobre o manejo da miséria, propõem-se como problemática não apenas seus processos de exclusão, mas também seus procedimentos, mecanismos e tecnologias de inclusão social, econômica e ambiental. Nesta proposta, o lixo é a beira. Não é o ponto central da análise, mas circunscreve as problemáticas a serem abordadas.

A tentativa será de permanecer em um jogo de inversões de sentidos para evidenciar produções artificiais de certas naturalidades acerca do que se costuma chancelar como justiça social, viabilidade econômica ou sustentabilidade ambiental. Neste jogo de inversões, temas rotineiramente inquestionáveis como inclusão social e preservação ambiental serão denunciados como formas de governamentalidade, de captura e de capitalização das relações.

Mais especificamente, os refugos da cidade e da sociedade, o lixo e aqueles que dele fazem objeto de sua sobrevivência não são tomados como problemática, enquanto situados na marginalidade, mas sim apontados como propulsores de problematizações de centralidades normalizadoras. Portanto, estas práticas de inclusão social e de preservação ambiental não serão apontadas como soluções das precariedades sociais, mas sim evidenciadas em seus mecanismos e procedimentos de manejo das condições de miséria.

¹⁷ No site Empresas do Brasil é possível ver o registro da Associação Ekatina e sua localização, não tão precisa, no mapa disponível em: <http://empresasdobrasil.com/empresa/-ekatina--14414455000168> (acesso em 13/12/2014).

Justamente esta palavra, manejo, pode ser uma das linhas de sentido para compreensão das relações de poder que se estabelecem na contemporaneidade e que remetem, neste caso em específico, ao manejo de resíduos e das diferentes esferas da vida como objeto dos mecanismos de governamentalidade.

A palavra manejo aliada aos processos de gestão dos restos fora marcada no campo dos governos, senão pela primeira vez, mas com mais evidência, no documento intitulado Agenda 21, resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992 (ECO – 92). Nesta linha de raciocínio, faria parte das competências conferidas à Organização das Nações Unidas para estabelecer ações, métodos, técnicas e metas intergovernamentais, de maneira a regular as estratégias para um desenvolvimento sustentável global e integrado que superasse os antigos modelos colonizadores e exploratórios entre os países desenvolvidos e o resto do mundo.

Na Agenda 21 estariam listados os instrumentos para efetivação dos acordos resultantes dos encontros globais ambientais. O terceiro item do preâmbulo desta agenda daria a definição desta ação integrada descrevendo seus possíveis atores:

- 1.3. A Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental. O êxito de sua execução é responsabilidade, antes de mais nada, dos Governos. Para concretizá-la, são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os processos nacionais. A cooperação internacional deverá apoiar e complementar tais esforços nacionais. Nesse contexto, o sistema das Nações Unidas tem um papel fundamental a desempenhar. Outras organizações internacionais, regionais e subregionais também são convidadas a contribuir para tal esforço. A mais ampla participação pública e o envolvimento ativo das organizações não-governamentais e de outros grupos também devem ser estimulados (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO HUMANO, Agenda 21, item 1.3., 1992).

O capítulo 21 deste documento discorre sobre os diferentes campos de intervenção e mecanismos de implementação para o *Manejo ambientalmente saudável dos resíduos sólidos e questões relacionadas com os esgotos*. Seria neste capítulo dada a definição contemporânea de resíduo:

Os resíduos sólidos (...) compreendem todos os restos domésticos e resíduos não perigosos, tais como os resíduos comerciais e institucionais, o lixo da rua e os

entulhos de construção. Em alguns países, o sistema de gestão dos resíduos sólidos também se ocupa dos resíduos humanos, tais como excrementos, cinzas de incineradores, sedimentos de fossas sépticas e de instalações de tratamento de esgoto. Se manifestarem características perigosas, esses resíduos devem ser tratados como resíduos perigosos (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO HUMANO, Agenda 21, item 21.3., 1992).

E ampliaria o campo de atuação dos processos de governos nacionais e internacionais a partir do conceito de *manejo integrado do ciclo vital*, pois, como consta no documento: “o manejo ambientalmente saudável desses resíduos deve ir além do simples depósito ou aproveitamento por métodos seguros dos resíduos gerados e buscar resolver a causa fundamental do problema, procurando mudar os padrões não sustentáveis de produção e consumo”; e, portanto, considerando esta como “oportunidade única de conciliar o desenvolvimento com a proteção do meio ambiente” (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO HUMANO, Agenda 21, item 21.4., 1992).

Para garantir a efetividade de implementação deste projeto de *manejo integrado*, termo repetitivamente utilizado ao longo de todo o documento, inclusive em outras áreas que não somente resíduos, define-se uma série de instrumentos divididos como: programas integrados entre governos, organizações não governamentais e os grupos consumidores, e outras organizações internacionais; ações de mudança de padrões de produção e consumo; desenvolver a sistematização de dados e informações como, por exemplo, sistemas de monitoramento, análise de dados e integralização das informações a partir do estabelecimento de redes de informação; pesquisas sobre resultados sociais e econômicos; desenvolver meios científicos e tecnológicos, bem como empreender o exame contínuo da eficácia de todos os instrumentos utilizados; e, ainda, “Realizar avaliação periódica, cotejar e analisar os dados dos países e informar, sistematicamente, em um foro apropriado das Nações Unidas, aos países interessados” (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO HUMANO, Agenda 21, item 21.5. – 21.15., 1992).

A partir de então, as abordagens mais contemporâneas, que debatem sobre os modos de gestão do lixo no contexto dos aglomerados populacionais urbanos, tiram este objeto nefítico da beira do mundo e o transportam como uma das condições centrais. Diferentes sistemas de monitoramento serão desenvolvidos chegando a existir inclusive um Atlas do Lixo (Waste

Atlas)¹⁸: um trabalho coletivo, ou como consta na publicação, *Collective Work*, entre grandes organizações internacionais, encabeçadas pela Associação Internacional de Resíduos Sólidos (International Solid Waste Association – ISWA).

Dentre alguns dos principais temas atualmente em pauta para a continuidade de um projeto da modernidade está a globalização do mercado de capital. Em 2014, durante o Congresso Mundial de Resíduos Sólidos, promovido pela Associação Internacional de Resíduos Sólidos (International Solid Waste Association - ISWA), a primeira sessão do primeiro dia de congresso teve como problemática principal a “Globalização e Gestão de Resíduos Sólidos”.

O lixo, este refugio que outrora permeava a beira do mundo, agora se insere como um dos eixos de racionalização sobre os procedimentos de globalização. No entanto, o custo para sua inserção, nesta tão contemporânea forma de pensar a sociedade, está na transposição técnica de sua nomenclatura, não mais como lixo, e sim como “resíduos sólidos”. Esta pequena mudança denominativa produz uma amplitude de efeitos de alcance múltiplo. Múltiplo e arditosamente integrado entre os hábitos de vida cotidianos dos cidadãos, o funcionamento de mercado em macro e micro escalas, o setor de gestão pública, o setor industriário (fabricantes de embalagens, fabricantes de produtos e recicladores) e, pela primeira vez, à beira do mundo, catadores de lixo, de papel, garrafeiros, pequenos atravessadores, agora estão aglutinados na ocupação catadores de materiais recicláveis¹⁹. Este alcance múltiplo e integrado de efeitos acaba então por ser marcado pelo conceito de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. O tema em questão, e que será um dos principais eixos de debates do ISWA 2014, “Globalização e Resíduos Sólidos”, trata justamente deste último grupo de personagens do lixo e que serão classificados como pertencentes ao “Setor Informal”.

¹⁸ Disponível em: <http://www.atlas.d-waste.com/> (acesso em 15/06/2014).

¹⁹ No Brasil, em 2002, o Ministério do Trabalho e do Emprego oficializa como categoria profissional os “catadores de materiais recicláveis” no sistema de Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, sendo descrita então pelo Estado Federal as atribuições de tal função: **Descrição:** 5192: Trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável; **Títulos:** 5192-05 - Catador de material reciclável; Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa); 5192-10 - Seleccionador de material reciclável; Separador de material reciclável, Separador de sucata, Triador de material reciclável, Triador de sucata; 5192-15 - Operador de prensa de material reciclável; Enfardador de material de sucata (cooperativa), Preseiro, Prensista; **Descrição Sumária:** Os trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável são responsáveis por coletar material reciclável e reaproveitável, vender material coletado, selecionar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança. Disponível em: <http://www.mteco.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorCodigo.jsf> (acesso em 17/11/2014).

Globalização e inclusão social do mercado informal como mecanismo contemporâneo na gestão integrada de resíduos sólidos parecem então nortear os documentos levantados durante este primeiro período de pesquisa. Nas próximas sessões serão descritos e analisados alguns destes documentos e seus efeitos de verdade no campo em questão.

Globalização e gestão de resíduos sólidos

O Congresso Mundial de Resíduos Sólidos encontra-se em sua quinta edição e tornou-se um dos principais eventos dentro do calendário internacional de congressos sobre o tema. Neste evento reúnem-se as principais autoridades sobre o assunto em diversas áreas de concentração de saber e também de atuação. Estão reunidos, pesquisadores acadêmicos, e de instituições particulares, técnicos de organizações governamentais, não-governamentais e privadas, gestores públicos e executivos de grandes, médias e pequenas indústrias, além de representantes de organizações políticas de catadores de materiais recicláveis, embora em muito menor número.

Na primeira mesa de debates após a abertura do evento, os levantamentos e estudos elaborados pelo “Grupo de Trabalho Globalização e Gerenciamento de Resíduos”, pertencente ao ISWA, foram apresentados por um de seus membros, Jeff Cooper. O material de sua apresentação diz respeito aos resultados do “Relatório Final do Grupo de Trabalho do ISWA: Globalização e Gestão de Resíduos”, datado de setembro de 2014, mesmo mês em que se realizou o Congresso Mundial. Neste relatório, logo em seu texto introdutório, evidencia-se um dos principais eixos de análise deste estudo. Trata-se de considerar a gestão de resíduos não mais como esta “beira do mundo”, mas perceber por quais meios o lixo salta para fora da lixeira e dos lixões e emerge como pauta internacional de discussão sobre o processo de globalização do mercado. Vimos assim, logo em seu primeiro parágrafo:

The relationship between globalisation as a dominant worldwide process and solid waste management activities on a local and global scale has not previously been investigated systematically. Increased international trade in the last few decades has reduced poverty in many developing countries and raised living standards and purchasing power. At the same time it has radically changed the footprint of waste management around the world. Until a couple of decades ago, products were dominantly manufactured near their areas of consumption and wastes were managed near their source of production. Nowadays, vast amounts of mass-produced consumer products are being distributed worldwide. Solid waste management is linked increasingly to resource management and so it has evolved into a complicated global network of material and recyclable waste

flows, affecting various aspects of the environment and everyday life (ISWA, 2014, p. 6).

Antes de iniciar uma análise sobre a produção deste entendimento da globalização como um processo global dominante, é imprescindível ressaltar que este contexto será aqui abordado como técnica de governamentalidade, tanto sobre os aglomerados populacionais como do governo de uns sobre os outros.

Na citação acima é possível levantar uma série de efeitos produzidos por esta aliança de procedimentos entre a gestão de resíduos e as técnicas de governamentalidade globais. Primeiramente, nota-se a urgência de uma investigação sistemática, e que se desdobrara em processos de monitoramento, visando a integração de realidades locais e de demandas globais como processo de investigação sobre a gestão de resíduos.

Na programação do evento, participaram técnicos, gestores públicos, ativistas para relatar experiências locais a partir da urgência global de uma gestão responsável e integrada sobre resíduos sólidos. Um destes relatos falaria sobre “A integração dos catadores de materiais recicláveis do antigo Aterro Metropolitano do Gramacho/RJ”²⁰. Lançamento de um projeto de integração de catadores, financiado por instâncias do governo federal como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e apoiado pela ONG PANGEA. Em visita de campo ao local, na data do lançamento de tal Programa, esta pesquisa pode verificar que muito do que havia ali sido projeto ainda não pressupunha um planejamento cuidadoso de todas as etapas, mas tal iniciativa estava sendo precocemente inaugurada para atender à resolução da Política Nacional de Resíduos Sólidos que estipulava o fim dos lixões no Brasil até agosto de 2014.

Assim como esta iniciativa local, outros municípios brasileiros visitados pela pesquisa como Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP), Fortaleza (CE), dispunham de representantes de organizações não governamentais ou de gestores públicos para alimentar com as realidades locais, os temas urgentes às agendas ambientais globais levantadas pelo Congresso.

O sentido que se imputa nesta integração é de se reconhecer em cada realidade local efeitos ambientais planetários. Neste mesmo relatório, tem-se a afirmação que corrobora com esta proposta: “Há uma pegada de globalização em cada local de gestão de resíduos sólidos” (ISWA,

²⁰ Disponível em: <http://iswa2014.org/programa/?lang=pt-br> (acesso em 12/11/2014).

2014, p.8). Este termo “pegada de globalização” é proveniente do termo “pegada ambiental”²¹, utilizado atualmente por diversos ambientalistas e que infere à respeito da necessidade de se avaliar as possíveis consequências de ações específicas em contextos mais amplos como os pertencentes à esfera ecológica. A estas consequências globais sobre realidades locais podem-se atribuir, tanto processos e ações micro e dispersas nos cotidianos individuais, como, por exemplo, a moradores ribeirinhos da Amazônia que jogam embalagens de alimentos e bebidas nos rios, e também contextos mais amplos, nem por isso menos locais, como a existência de lixões a céu aberto negligenciados por administrações públicas municipais.

No caso em análise, o conceito de globalização acaba por ser produzido como um entendimento de integração entre realidades locais e efeitos globais, ou seja, como um dispositivo agregador de diferentes práticas que coloca em pauta a emergência de sistematização de informações, tanto em micro, como em macro escalas, para construção de procedimentos de contenção (ou manejo, ou gerenciamento) dos efeitos e dos riscos ambientais.

Mas o tema globalização ganha maior complexidade e sofisticação quando aliado à realidade do capitalismo internacionalizado, não como efeitos de prejuízo social e ambiental, mas como caminho para uma solução sustentável. Não por mero acaso, na continuidade da citação em destaque, afirma-se que “o crescimento do comércio internacional nas últimas décadas tem reduzido a pobreza em muitos países em desenvolvimento e aumentado a qualidade de vida e o poder aquisitivo” (ISWA, 2014, p. 6). Não se coloca em questão o mercado de capital global como efeito de riscos ambientais, mas sim como solução social (redução da pobreza), ambiental (qualidade de vida) e econômica (poder aquisitivo) para os países em desenvolvimento. Ver-se-á mais à frente que o ponto de crítica do relatório não diz respeito ao crescimento de um mercado global capitaneado por indústrias multinacionais pertencentes aos países desenvolvidos e à “produção massiva de produtos de consumo”, mas sim à precariedade desenvolvimentista dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. O grande capital internacional se utiliza,

²¹ A expressão **Pegada ecológica** é uma tradução do Inglês *ecological footprint* e refere-se, em termos de divulgação ecológica, à quantidade de terra e água que seria necessária para sustentar as gerações atuais, tendo em conta todos os recursos materiais e energéticos, gastos por uma determinada população. O termo foi primeiramente usado em 1992, por William Rees, um ecologista e professor canadense da Universidade de Colúmbia Britânica. Em 1995, Rees e o co-autor Mathis Wackernagel publicaram o livro *Our Ecological Footprint: Reducing Human Impact on the Earth*. A pegada ecológica é atualmente usada ao redor do globo como um indicador de sustentabilidade ambiental. Pode ser usado para medir e gerenciar o uso de recursos através da economia. É comumente usado para explorar a sustentabilidade do estilo de vida de indivíduos, produtos e serviços, organizações, setores industriais, vizinhanças, cidades, regiões e nações. A pegada ecológica de uma população tecnologicamente avançada é, em geral, maior do que a de uma população subdesenvolvida.

portanto, de sua capacidade de melhoria na condição de vida de cada cidadão e conclama à mudança de seus hábitos para o benefício global.

Este tipo específico e contemporâneo de emergência de uma racionalidade neoliberal situa nas discussões ambientais e nas contradições socioeconômicas um novo campo de atuação sobre o sujeito e os aglomerados populacionais, permitindo sua ampliação para além das fronteiras dos Estados Nacionais, e estabelece um novo modo de governo das condutas, que se pauta por ações transterritoriais. Como coloca Edson Passetti ao discutir sobre as transformações da biopolítica e a formação de uma ecolítica:

Se para os movimentos ecologistas mudar o mundo era mudar a sua relação com a natureza (uma outra relação consigo), prescindindo de programas totalizantes, como o socialista, é esse o princípio que a sustentabilidade captura para compor, por fora e por dentro, uma outra relação com a natureza que repõe as responsabilidades para o indivíduo (entendido como cidadão global) e para os Estados nacionais em relação com o planeta. Em outras palavras, o indivíduo livre e autônomo, antes garantido por uma constituição nacional e seus dispositivos de cuidado e segurança (biopolítica), passa a ser aquele que é capaz de assumir suas responsabilidades locais, reguladas por uma turva e frouxa ética global pautada na proteção do planeta, sem prescindir das ações responsáveis de Estados, também sob a mesma inteligibilidade de uma moral sustentável, produzidas em documentos e estudos planetários, produzidos, preferencialmente pela ONU. A reação conservadora exige uma nova relação do indivíduo com sua produtividade como agente consumidor, produtor e político do capitalismo transterritorial. Não se trata de uma globalização ou mundialização que se dá como desdobramento lógico da expansão do capital e das forças produtivas, que já no século XIX atuava para além das fronteiras nacionais. Nessa reação conservadora, está em jogo novos elementos, histórico-políticos, na composição do estatuto de um sujeito livre, autônomo, planetário e responsável, simultaneamente, com o local onde vive e trabalha e com o planeta (...). (PASSETTI, 2013, p.30).

Como visto, ainda na definição de globalização apresentada pelo Relatório da ISWA, a argumentação que se levanta acaba tendo como característica reconhecer o gerenciamento de resíduos sólidos aliado ao gerenciamento de recursos naturais, como um modo de racionalização sobre a vida cotidiana e, deste modo, configurando em uma complicada rede global de gerenciamento da vida e de seus refugos.

Estes efeitos de transterritorialização, não tratam apenas de efeitos de mercado, ou de intervenção social e ainda de intervenções, registros e monitoramentos ambientais. Trata-se também, em seu estrato e na interação destas esferas, em transterritorialização de normas de condutas, ou seja, de governo das condutas humanas. Não por acaso, todo este contexto que

culmina na aliança da noção de globalização e das práticas de gestão de resíduos, culmina nas relações da vida cotidiana. Portanto, transterritorialização de práticas em procedimentos de gestão para o fortalecimento de processos de subjetivação que viabilize o governo dos aglomerados populacionais e, mesmo, de um sobre o outro.

Este movimento de integração transterritorial de experiências, e troca de experiências, no campo da gestão de resíduos sólidos, também se encontra presente nas estratégias de integração das organizações de catadores de materiais recicláveis. Organizações intergovernamentais e as não governamentais vêm realizando encontros e visitas internacionais na tentativa de estabelecer uma agenda em comum. Por exemplo, o evento anual EXPOCATADORES, organizado pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e realizado habitualmente em dezembro no município de São Paulo, tem por hábito promover a vinda de catadores de diferentes países para compartilhar suas experiências locais. Um dos programas de expansão do MNCR está em visitar diferentes países para apresentar sua plataforma de debates no Brasil e promover a organização de catadores em representações nacionais, assim como vem sendo realizado pelos mesmos.

Nesta linha de análise, considerar os mecanismos transterritoriais como formas contemporâneas de governamentalidade nos motiva interrogar as condições de possibilidade para sua efetivação. Se as fronteiras nacionais se dissipam neste novo estatuto que permeia as relações de poder, quais seriam os territórios para sedimentação dos efeitos de verdade? Neste novo modo de integração das práticas, é possível afirmar um fora, um suposto ponto de resistência a tais moldes de inteligibilidade da vida? Interrogações que se abrem e que podem sinalizar algumas respostas nas análises que se seguem, mas que estão longe de serem esgotadas.

Cabe agora analisar qual o sentido deste fluxo de gerenciamento da vida cotidiana e de seus restos, em que estabelece uma diferenciação nos *status* desenvolvimentistas dos países, mas que é capaz de considerar cada cidadão, não mais caracterizado pela sua nacionalidade, mas sim pelas urgências planetárias em suas três esferas: social, econômica e ambiental.

Mercado informal de resíduos e inclusão social de catadores de materiais recicláveis

O Grupo de Trabalho Globalização e Gestão de Resíduos da ISWA, para operar o levantamento, sistematização e análise das informações dividiu o tema em quatro tópicos temáticos principais: mercado global de reciclagem e seu impacto na gestão sustentável de

resíduos; megacidades e gestão de resíduos; o setor informal como um *stakeholder* global na gestão de resíduos; cooperação internacional para o desenvolvimento em gestão de resíduos.

Para fins deste objeto de pesquisa, a temática sobre o setor informal, seus pontos de discussão e seus efeitos práticos tomar-se-á um dos analisadores fundamentais. Esta escolha se justifica pelo discurso não apenas econômico, mas agora social e também ambiental que o sustenta, conforme nos mostra a citação abaixo do relatório da ISWA:

Some 20 million people around the world depend for their livelihood on informal recycling from municipal solid wastes. The main driver is poverty working conditions are often unsafe and unhygienic, and child labour is commonplace. This is primarily a social issue, but the informal recycling sector is often achieving notable recycling rates as well as a providing a livelihood to significant numbers of the urban poor. Despite the considerable challenges involved, as detailed in this report, dialogue between the formal and informal sectors, and transition to a formalized recycling activity within a city's solid waste management system, is to the advantage of both. It allows step-by-step improvements in, amongst other things, living and working conditions, livelihoods and recycling rates, and the levels of environmental control. An integration will facilitate the transition from an unacceptable situation to the goal of a fully formalized waste management system (ISWA, 2014, p. 13).

Como inicia este parágrafo, ao apresentar a temática do setor informal, este é fundamentalmente uma questão social. Esta afirmação acaba por determinar todo um princípio de abordagem que reflete os modos de formalização dos trabalhos realizados por catadores de materiais recicláveis em grande parte dos países classificados como “em desenvolvimento”. Notadamente, a questão social embora historicamente de bases filantrópicas, revela sua utilidade ambiental e econômica, como afirma o relatório, evidenciado pelas “notáveis taxas de reciclagem alcançadas” e pela subsistência de um “significante número de pobres urbanos”. Além disso, entender o que o setor econômico globalizado entende por “vantagem para os dois lados” (setores formal e informal) configura-se como um dos analisadores fundamentais para o contexto da governamentalidade contemporânea.

Considerar o setor informal como um dos principais *stakeholders* (partes interessadas) desta logística da reciclagem é, portanto, um dos princípios acerca da temática Globalização e Gestão de Resíduos Sólidos. A partir deste ponto, as práticas em diferentes países a serem aqui analisadas considera tal realidade e funcionará como balizador de diferentes iniciativas. A utilização do discurso social (fundamentalmente filantrópico) é a racionalidade que atravessa tais

práticas, todavia, os discursos ambiental e econômico, fornecem a especificidade ao contexto em pauta.

Estas três esferas de atuação – social, econômica e ambiental –, ao serem produzidas constantemente como campos em integração, permite pinçar qualquer uma delas para disparar nossa análise, pois, inevitavelmente, o efeito de integração será inevitável. Por exemplo, o mesmo relatório em pauta coloca como solução ao desafio das atividades do setor informal: “Consider the informal sector as a stakeholder group. Analyse local market dynamics and learn from on-going activities when planning and implementing new waste management initiatives. Search for low-cost solutions that might be generalised” (ISWA, 2014, p. 23). O que se considerava como uma questão primordialmente social, rapidamente se transforma em uma questão econômica, quando colocado como solução de “baixo custo” ao desafio de integração da gestão de resíduos e do setor informal.

Durante o Relatório da ISWA, sobram números estratosféricos sobre o potencial de mercado na área de gerenciamento de resíduos para o futuro do capital internacional. Dentro desta estratégia de expansão de mercado, cabe para fins deste estudo, analisar os interesses que implicaram em considerar a inclusão do mercado informal neste processo de expansão de mercado, ao invés do tradicional monopólio de mercado observado até poucas décadas atrás.

A questão de inclusão social pode ser entendida de diferentes modos. Como descreve Veiga-Neto e Lopes (2011):

A inclusão pode ser entendida com um conjunto de práticas que subjetivam os indivíduos a olharem para si e para o outro, fundadas em uma divisão platônica das relações; também pode ser entendida como uma condição de vida em luta pelo direito de se autorrepresentar, participar de espaços públicos, ser contabilizado e atingido pelas políticas de Estado. [...] pode ser entendida como conjunto de práticas sociais, culturais, educacionais, de saúde, entre outras, voltadas para a população que se quer disciplinar, acompanhar e regulamentar (p.126).

A inclusão se caracteriza por uma amplitude de dimensões de expressão e existência da vida humana que possibilita, a quem dela se utilizar, ou a quem a ela aderir, um potente propulsor para aglutinação de práticas, de sujeitos e de discursos para finalidades específicas. Para Veiga-Neto e Lopes (2011), a inclusão ainda se caracteriza como um “imperativo que a todos se impõe, graças ao caráter natural que, não problemáticamente, é atribuído a ela” (p. 126). A inclusão estaria assim imune às críticas ou a suspeitas de intencionalidades, mesmo que veiculadas pelo

grande capital internacional. Não raramente, a inclusão está colada às noções de cidadania, de direitos humanos, de democracia e de acesso aos bens e serviços de capital: “é por si mesmo um espaço igual e homogêneo para tudo o que nele existe, aí incluídos nós, os seres humanos” (Ibid., p. 127).

Esta função de discurso fica evidente na linha de raciocínio apresentada pelo relatório da ISWA e em tantos outros discursos e práticas desenvolvidas por setores e instituições socioambientais pertencentes às indústrias, principalmente, as multinacionais. Em posição oposta, as instituições vinculadas a históricos de militâncias sociais e também as ambientais se utilizam da mesma noção de inclusão social como um processo de emancipação do sujeito, de garantia de direitos e, principalmente, de erradicação da miséria.

Eis então um paradoxo: o uso de uma mesma noção que não se anula por posições contrárias, mas que produz sentido e se fortalece independentemente deste posicionamento aparentemente polarizado. A função de evidenciar um paradoxo implica exatamente em evidenciar que duas posições que se pretendem dialéticas (e que poderia remeter às teorias materialistas históricas dialéticas com a fórmula “tese *versus* antítese = síntese”), na verdade não culminam em uma transformação (social, econômica ou ambiental), mas apenas revelam a utilidade e conveniência de seu convívio.

Em muitas das instituições não governamentais visitadas no Brasil, África do Sul e Índia, observa-se a utilização da noção de inclusão social do setor informal como uma estratégia de empoderamento crítico dos catadores para acessar estruturas e informações oferecidas pela cidade (e sociedade) com o objetivo uma emancipação social. Pode-se citar as instituições INSEA (Brasil), Asyie eTafuleni e GroundWork (África do Sul), Chintan e KKPKP (Índia) como instituições de cunho ativista para alcançar tais objetivos. Estas instituições muitas vezes afirmam não terem a intenção de entrar em acordos com indústrias representantes de grandes capitais internacionais e acreditam empenhar uma luta de oposição aos modelos de gestão de resíduos estabelecidos pelas mesmas, o que poderia remeter a uma pretensa luta de classe. No entanto, ao serem questionadas sobre este uso do mesmo discurso e, por vezes, mesmas práticas sobre inclusão social, muitas apresentaram surpresa ao perceberem estar em um contexto tão próximo no que concerne aos resultados efetivos de tais iniciativas.

A análise crítica remete à formação de regimes de verdade gradualmente legitimados a partir de sua expansão e continuidade e, em contrapartida, apresenta como tarefa sua inversão,

destacando tais regimes deste falseamento, para apresentá-los como um recorte e uma rarefação do discurso. Apresenta, portanto, certo regime de verdades como um discurso produzido, um procedimento de fabricação de verdade e, deste modo, delimitado pelas forças em jogo em um determinado estrato histórico. Trata-se sobremaneira de inverter a lógica de análises de longa duração pela contextualização dos acontecimentos. Foucault esclarece os termos desta análise dos acontecimentos como perspectiva crítica:

O acontecimento não é nem substância, nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterialidade, é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material. Digamos que a filosofia do acontecimento deveria avançar na direção paradoxal à primeira vista, de um materialismo do incorpóreo (FOUCAULT, 2005, p. 58).

Esta direção paradoxal de uma filosofia do acontecimento segue a proposta do jogo de inversões que se colocou inicialmente como estratégia de pesquisa. Portanto, nos parágrafos seguintes, pretende-se descrever os modos pelos quais os discursos acerca da noção de inclusão social são passíveis de se dissiparem de materialidades tradicionais e se reagrupar em práticas que lhe pareçam opostas.

O projeto Cidades Inclusivas, promovido pela organização não governamental Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing (WIEGO) pode caracterizar-se como uma destas práticas de inclusão social em seu funcionamento paradoxal. Não casualmente, o tema da globalização aliado à inclusão de setores informais de mercados econômicos aparece novamente como indicador de análise.

A WIEGO é uma rede global de ação-pesquisa-política que procura as condições de trabalhadores pobres, especialmente mulheres, na economia informal. Esta rede é constituída por indivíduos e instituições pertencentes a três amplas esferas: 1) Organizações de Base formada por trabalhadores informais como sindicatos, cooperativas e associações de trabalhadores; 2) Pesquisadores e estatísticos responsáveis por pesquisar, coletar e analisar dados sobre economia informal; 3) Agências de desenvolvimento (intergovernamental, governamental e não governamental) que prestam serviços ou desenvolvem políticas em benefício das forças de trabalho informais. Seus três principais campos de atuação dentro da economia informal remetem ao suporte a vendedores de rua, trabalhadores domésticos e catadores de materiais recicláveis.

Com esta estratégia de rede global e com membros em mais de dez países, a WIEGO desenvolve uma grande plataforma de informações e intervenções sociais, econômicas e, em alguns casos, ambientais, como na ação de apoio à organização dos catadores de materiais recicláveis.

O projeto Cidades Inclusivas vai além da participação da WIEGO, outras instituições governamentais, não governamentais e intergovernamentais estão envolvidas nesta proposta. Apenas para citar algumas no momento, constam como participantes as seguintes instituições internacionais: Avina Foundation, The Latin American and Caribbean Network of Waste Pickers, StreetNet International, Self-Employed Women's Association. Dentre outras instituições de ação local estão: Asiye eTafuleni (Durban, África do Sul) e Kagad Kach Patra Kashtakari Panchayat (Pune, Índia). Nesta pesquisa, foram realizadas visitas aos programas e conversas com membros das seguintes instituições acima citadas: WIEGO (Brasil, África do Sul e Índia), Avina Foundation (Brasil), The Latin American and Caribbean Network of Waste Pickers (Brasil), Asiye eTafuleni (Durban, África do Sul) e Kagad Kach Patra Kashtakari Panchayat (Pune, Índia).

O projeto Cidades Inclusivas incorpora a colaboração de organizações de bases (membership-based organizations – MBOs) de trabalhadores pobres (working poor) e com o suporte das organizações internacionais e locais acima citadas. Lançado em 2008, visa fortalecer as MBOs nas áreas de organização, análise política e advocacia para assegurar que os trabalhadores informais urbanos tenham as ferramentas necessárias para que possam por si mesmos, fazer com que sejam ouvidos nos processos de planejamento urbanos. Dentre as ações para a inclusão da economia informal contra a “corrente tendência de exclusão de muitas cidades em processo de modernização” está a necessidade de “rethinking and reshaping of urban spatial planning and zoning, urban regulations and laws, and urban policies to incorporate the working poor”²². Por fim, vale citar literalmente os importantes valores que oferecem sentido a tais ações:

We envision inclusive cities that value all people and their needs and contributions equally, ensuring all residents – including the urban working poor – have a representative voice in governance, planning, and budgeting processes, and have access to secure and dignified livelihoods, affordable housing and basic services such as water/sanitation and electricity supply.²³

²² Disponível em: http://www.inclusivecities.org/about_us/ (acesso em 06/06/2014).

²³ Idem.

Esta iniciativa, ao adotar o conceito de inclusão social como pilar de argumentação, transpõe o mesmo para todos os campos em que irá atuar. Não será diferente no caso da atuação com os catadores de materiais recicláveis em que é possível verificar mais uma vez a aliança entre os benefícios sociais, econômicos e ambientais. Cidades Inclusivas e Gestão de Resíduos: <http://www.inclusivecities.org/policy-planning/inclusive-waste-management/>

Waste picking makes a significant economic and environmental contribution to municipalities and also provides a source of income for millions of people worldwide. When waste pickers contribute to solid waste management systems, significant quantities of waste and recycling are diverted from the waste stream and dependence on virgin materials is reduced. A 2010 UN Habitat publication estimated that waste pickers perform between 50-100 per cent of all ongoing waste collection in most cities in developing countries – at no cost to the city budget. In addition, waste picking contributes to improved public health and sanitation. Waste picking provides a source of income to many people. The ILO estimates that 15-20 million persons worldwide earn their living from recycling waste. In developing countries, about one per cent of the urban workforce is engaged in recycling: collecting, recovering, sorting, grading, cleaning, baling, or compacting waste, and processing waste into new products. Successful models of inclusive waste management currently exist in several countries including Argentina, Brazil and India.²⁴

Com tais descrições, entra-se aqui em um importante campo de análise que alia as populações urbanas, os princípios de governamentalidade e as garantias de uma segurança geral e genérica que proporcione a todos, senão o acesso total à cidade, talvez a promessa e os indicativos para que isto aconteça. Michel Foucault, em seu curso no Collège de France intitulado *Segurança, território população* (2008) trataria com clareza sobre a formação de um dispositivo de segurança que teria exatamente todos estes princípios, ferramentas, formas de raciocínio descritos até então:

(...) conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros –

²⁴ Disponível em: <http://www.inclusivecities.org/policy-planning/inclusive-waste-management/> (acesso em 09/12/2014).

soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e, por outro lado, de toda uma série de saberes (p.143-144).

O que se poderia colocar aqui como uma “questão de classe”, a dos trabalhadores informais, deixa de se caracterizar como inclusão em uma pretensa luta de classe, mas agora se configura como princípio integrador/agregador geral de uma população, de espaços e de estilos de vida que acaba por dar as características contemporâneas a este conceito de governamentalidade, sempre em atualização.

Assim se configura uma sociedade integrada para uma gestão de variáveis que não precisam mais ser controladas, mas monitoradas, absorvidas e reconfiguradas para a harmonia do funcionamento ótimo urbano. Ao mesmo tempo em que são reconfiguradas, conformam as cidades que devem se aprimorar com tal integração. As plataformas para viabilizar a formação desta rede complexa exige um constante levantamento de informações, portanto monitoramento das diferentes formas de expressão. Nesta sociedade de controle (Deleuze, 1992, p. 226) todos são bem vindos. Sobre esta atualização conceitual entre Michel Foucault e sua noção de governamentalidade e Gilles Deleuze e sua análise sobre o funcionamento de uma sociedade de controle, Edson Passetti assim analisa:

Na sociedade de controle de comunicação contínua e modificável por convenções, combina-se a herança disciplinar das estruturas hierárquicas e suas funcionalidades com a descentralização por meio de variadas agendas. Ao mesmo tempo, o mundo governando por elites e vanguardas, mostra-se permeável a novas formas da governamentalização em que aparecem, derivados da proliferação de direitos, as normativas, as diretrizes e principalmente os programas confiáveis, tolerantes e seguros, compondo fluxos elitistas sustentados pelos agrupamentos diferenciados por direitos de terceira geração, que dão, a cada minoria numérica, acessos a trânsitos, por intermédio de gerenciamentos compartilhados descentralizados. Configuram-se, assim, as elites secundárias, compostas por mulheres, gays, pretos, deficientes físicos, menores, lideranças indígenas, enfim, a população organizada em elites minoritárias dirigidas por comandos capturados, e muitas vezes cooptados pelos dispositivos de descentralidades na produção do produto e da cultura, judicialização, escolarização, habitação... São minorias numéricas que atravessam as maiorias parlamentares, empresariais, sindicais, configurando um novo desenho das burocracias, acomodando a continuidade de uma maioria sequenciada e governada por dentro, em função da centralidade do comando, no exercício de controles avaliativos. Na sociedade de controles em fluxos, acontece, simultaneamente, a ampliação da participação e do acesso à informação e à comunicação, ao mesmo tempo em que, cada um, deve transitar pelas suas minorias de acolhimento, defender seus direitos, praticar ações comunitárias em função da redução de anomias, irregularidades e disfunções no

interior de suas comunidades, para elevá-las à condição de espaço desejado e amado, e não mais de periferias abandonadas ou reduzidas a um ou outro programa social de Estado (PASSETTI, 2011, p. 48).

Esta argumentação, colocada por Passetti, nos possibilita entrar em um dos principais temas de análise destes procedimentos de governamentalidade, em que a ampliação da participação dos catadores de materiais recicláveis nas discussões sobre gestão de resíduos, não significa uma melhoria nas condições de trabalho e superação da condição da miséria, mas reflete apenas este manejo do cenário que se apresenta.

Vê-se que uma das características desta sociedade de controle e, portanto, das relações de poder, diz respeito, como argumenta Passetti, a “gerenciamentos compartilhados descentralizados”. Pois bem, um dos argumentos fundamentais, e de interesse das indústrias, no que tange à legislação brasileira a respeito da gestão de resíduos, é justamente o conceito de responsabilidade compartilhada, citado no capítulo introdutório desta pesquisa, mas que fazem necessárias algumas pontuações.

Há de se acentuar, que este modo de descentralização das responsabilidades, inserido em um dispositivo legal, marca uma autoria brasileira nas regulamentações sobre gestão de resíduos. Isto porque, nas legislações constantes na África do Sul (ÁFRICA DO SUL, Waste Act 2008; e na Índia (ÍNDIA, Plastic Waste Management and Handling) Rules 2011; E-waste (ÍNDIA, Management and Handling) Rules 2011), o conceito até então trabalhado fala sobre a Responsabilidade Estendida ao Produtor (Extended Producer Responsibility). A diferença é que no conceito de Responsabilidade Estendida ao Produtor, conceituam-se as indústrias como poluidoras pagadoras e, deste modo, atribui-lhe responsabilidades e custos de retorno das embalagens pós-consumo.

Mas este conceito, implementado no Brasil, de Responsabilidade Compartilhada, permite às indústrias uma pulverização de tal responsabilidade, em que municípios, cidadãos, comércio e, inclusive, catadores de materiais recicláveis teriam responsabilidades e, portanto, assumiriam seus respectivos custos.

Em todas as cooperativas visitadas no Brasil (SP, MG, RS, PR, RJ, CE, AM) há algum financiamento proveniente das indústrias neste modelo de responsabilidade compartilhada. As formas de atuação são modulares e se flexibilizam conforme o contexto local. Alguns destes programas de apoio às cooperativas recebem apenas uniformes com a logomarca da empresa e

alguns Equipamentos de Proteção Individual (EPI) como luvas, botas e máscaras. Outros programas são mais robustos e preveem o financiamento de equipamentos de médio porte como prensas e esteiras, ou grande porte como equipamentos de transformação de plástico em flakes. No entanto, em todos eles está descartada uma negociação que não passe pelo formato de projeto social, não se caracterizando nunca como uma pura relação de negócio, como seria um modelo, por exemplo, de prestação de serviços das cooperativas para as indústrias no retorno das embalagens pós-consumo²⁵.

Cabe aqui a ressalva que no documento da Agenda 21 consta o conceito de poluidor pagador como orientação aos dispositivos legais a serem constituídos nos países.

21.40. (...) (b) Aplicar o princípio de que "quem polui paga", quando apropriado, por meio do estabelecimento de tarifas para o manejo dos resíduos que reflitam o custo de prestar tal serviço e assegurar que quem produz resíduos pague a totalidade do custo de seu depósito de forma segura para o meio ambiente (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO HUMANO, Agenda 21, item 21,40., 1992);

Porém o Brasil se torna um modelo interessante para as indústrias após a conquista de um conceito de responsabilidade compartilhada e, portanto, de baixo custo. O conceito de Responsabilidade Compartilhada ainda ganha força com o discurso da inclusão social, pois caracteriza assim, não uma relação de mercado, mas uma relação de responsabilidade social das empresas.

No contexto em questão, as práticas de inclusão do setor informal variam conforme diferentes territórios e legislações sobre a gestão de resíduos. No caso brasileiro, por exemplo, a Política Nacional de Resíduos Sólidos determina em vários momentos a inclusão dos catadores de materiais recicláveis nos processos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. No caso da África do Sul, apesar de não haver dispositivos jurídicos que determinam tais ações, há um conjunto concreto e espesso de práticas de inclusão propulsionado por Organizações Não Governamentais nacionais e internacionais, institutos privados representantes do setor das

²⁵ Em 2010, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) publica o Relatório de Pesquisa sobre Pagamento de Serviços Ambientais Urbanos para Gestão de Resíduos Sólidos, com dois objetivos principais: "Em primeiro lugar, foram feitas estimativas dos benefícios, atuais e potenciais, econômicos e ambientais gerados pela reciclagem de resíduos sólidos urbanos (RSUs) no país. Em segundo lugar, foram propostas diretrizes para possíveis esquemas de pagamento por serviços ambientais urbanos focados em catadores de material reciclável" (IPEA, 2010, p. 7). A proposta deste Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos (PSAU) seria não mais considerar o catador como objeto de inclusão social, mas sim, na qualidade de atores do mercado, como um trabalhador cuja especialidade profissional o torna apto a vender seus serviços ou, em outros termos, como sujeitos capitalizáveis.

indústrias de embalagens e departamentos públicos de desenvolvimento social e ambiental que promovem uma série de apoios à inclusão dos catadores. Na Índia, observa-se o aparecimento de algumas legislações municipais, mas sem um dispositivo legal de amplitude nacional, no entanto, as mesmas instituições não governamentais e também as instituições de interesse privado sem fins lucrativos aparecem como fomentadoras de atividades de inclusão dos catadores. O mesmo ocorre em outros países da América Latina, como na Colômbia, Argentina, Uruguai e Venezuela. Países do Oriente Médio como no caso das Filipinas. E no continente africano como em Moçambique e no Congo.

Algo a se acentuar é que em muitos destes países, existe também a organização dos catadores de materiais recicláveis em níveis nacionais. Estas organizações se solidificam em diferentes modos de institucionalização, como movimentos sociais (Brasil), associações (África do Sul) ou sindicatos (Uruguai). Em todos estes casos, apesar de *a priori* se supor que poderia haver um conflito de interesses, no clássico modelo de luta de classes, entre as indústrias que representam o grande capital e as organizações de catadores, o que se presencia é uma articulação conjunta frequentada em mesas de negociações.

Interessante notar que, a partir do momento em que a discussão internacional efetua uma pequena adequação de rumo das práticas de inclusão social, fundamentalmente filantrópica em suas proveniências históricas, para uma inclusão social de um setor de mercado informal, algumas conclusões podem ser adiantadas.

O mesmo relatório da ISWA dedicara um momento específico para delimitar uma importante especificação terminológica. Justamente ao final do capítulo sobre o Setor Informal da Reciclagem, em sua última página, consta o seguinte subtítulo: “A note on terminology: Why the ‘informal sector’?” (ISWA, 2014, p. 27). Segue a resposta:

In general usage within the development community, the term ‘informal sector’ is often taken as synonymous with the ‘black economy’, and thus something that needs to be eliminated to develop good governance and a sustainable tax base for the economy. However, within the waste sector the term is also used to describe organizations, such as Linus Ganda, where a transition has already begun towards becoming a formalized part of the overall SWM system and they do pay their taxes. In practice, there exists a broad spectrum, from completely uncontrolled and untaxed informal activities outside of any law at one extreme, through to more formal, legal and tax-paying organizations towards the other end. Similarly, in terms of regulatory controls there is a broad spectrum, from criminal activities completely outside of waste regulations and of environmental and health and safety laws, through to compliant and controlled activities. One could make an argument to adopt an alternative term

for the more formal and controlled end of the spectrum, such as ‘the small-scale entrepreneurial recycling sector’. However, the term ‘informal (recycling) sector’ is commonly used across the waste sector to span a whole range of different levels of informality and the transition to formalization. Therefore this report has continued with that usage (Ibid., p. 27).

Observa-se então uma mudança estratégica que é bem característica dos modos de inclusão. Obviamente, a resolução por manter o termo “setor informal”, mantém a marca de não legalidade e, portanto, de algo que infringe uma noção de ordem e de harmonia, tanto das cidades, como do capital. Mas, como afirma o relatório, não se trata de eliminar tal setor, considerando-o pertencente ao mercado negro, mas sim de atender tal setor em um momento de transição para a formalidade em que eles, então, poderão pagar suas taxas, serem mapeados, monitorados, regulados.

Esta transição da inclusão social para a capitalização social, caracteriza-se por substituir, aos poucos, os instrumentos assistenciais, para a implementação de práticas de “capitalização mais generalizada possível para todas as classes sociais”, enfim, a produção de uma “economia social de mercado” (FOUCAULT, 2008b, p. 197-198). O fortalecimento de pequenas organizações produtivas dos catadores implica a multiplicação da forma empresa, do empreendedorismo como estratégia de crescimento simultâneo, correlativo e ajustado da população e dos meios de subsistência: “sociedade empresarial e sociedade judiciária, sociedade indexada à empresa e sociedade enquadrada por uma multiplicidade de instituições judiciárias são as duas faces de um mesmo fenômeno” (2008b, p. 204).

A partir do momento em que os setores de mercado e trabalho informais começam a ganhar participação nas pautas de desenvolvimento econômico, pesquisas sobre a história desta integração e seus possíveis interesses e hipóteses também se fazem necessárias. Assim, as instituições aqui citadas apresentam em suas plataformas de divulgação de ações um amplo material sobre os diferentes momentos históricos da economia informal.

Em um destes estudos, coloca-se o início da década de 1970 como o período de “descoberta” da economia informal e sua crescente participação nos debates sobre seu papel no desenvolvimento²⁶. Isto porque em 1972, uma missão da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é enviada ao Quênia para elaboração de um relatório acerca das condições de trabalho, renda e as estratégias para crescimento produtivo. O relatório seria considerado pioneiro nos

²⁶ Disponível em: <http://wiego.org/informaleconomy/historydebates> (acesso em 08/07/2014).

estudos sobre o que se convencionou chamar “setor informal” da economia urbana, característico aos países subdesenvolvidos, já que a economia moderna – salarial, operária, industrial e de grande escala – não teria sido capaz de absorver considerável parcela da população trabalhadora (OIT, 1972). As maiores preocupações não seriam com o desemprego, mas com temas como a baixa remuneração, o funcionamento inadequado do mercado de trabalho, criação de políticas públicas para o combate à pobreza em consonância com as realidades de geração de trabalho registradas, justiça social e combate à exclusão social. Este relatório aparece em vários estudos sobre o tema, no qual podemos aqui citar um destes em que reconhece o surgimento de uma nova nomenclatura acerca do setor informal:

Os termos “formal” e “informal” aparecem em substituição à dicotomia entre “setor tradicional” e “setor moderno”, uma vez que o setor informal é entendido como fenômeno moderno e resultado do processo de urbanização. A definição de “setor informal urbano” no famoso estudo de 1972 sobre o Quênia tinha um caráter descritivo. Não existia um corpo teórico de investigação social que explicasse claramente o que constituía a informalidade, entendida como uma maneira de fazer as coisas. As atividades informais foram pensadas como formando um setor, que engloba tanto empresas como indivíduos envolvidos na produção de bens, na prestação de serviços pessoais ou no pequeno comércio (KREIN & WEISHAUPT PRONI, 2010, p. 9).

Em decorrência de tais constatações, a OIT desenvolveria uma série de comissões e programas para tratar da questão do setor informal, dentre elas, o Programa Regional del Empleo para América Latina y el Caribe (Prealc), instituição de caráter internacional, constituída no final da década de 1960 para participar do seu “Programa Mundial do Emprego”, cujo objetivo seria realizar estudos sobre o desenvolvimento econômico na América Latina, para elaboração de estratégias para geração de empregos e melhoria de salários (CACCIAMALI, 1983).

O ponto comum entre as práticas de inclusão social e as práticas da economia social de mercado localiza-se no quadro de investimento econômico e político que se refere a estas duas dimensões de intervenção. O denominador comum se estipula no mínimo vital para a manutenção da desigualdade e a promoção de um status de igualdade, bem como da gestão das curvas de normalidade econômica entre a riqueza e a pobreza. Efetiva-se, portanto, a possibilidade de um crescimento individual econômico que se adere à conduta muito mais pela sua virtualidade, do que propriamente pela sua realização. Pulverizam-se pequenos capitais destinados aos pequenos empreendedores para a manutenção de uma desigualdade mais digna (SOUZA, 2013, p. 184).

Alguns efeitos são possíveis de se observar nas práticas de intervenção social para viabilizar esta transição do setor informal para o mercado formal. Retomando a questão sobre globalização e gestão de resíduos sólidos, lembremos que o Relatório da ISWA alerta sobre que “The relationship between globalisation as a dominant worldwide process and solid waste management activities on a local and global scale has not previously been investigated systematically” (ISWA, 2014, p.6). Deste modo, diferentes mecanismos de monitoramentos começam a criar consistência, não apenas sobre questões técnicas acerca dos processos globais de tratamento de resíduos sólidos, como também mecanismos de monitoramento sobre o setor informal que participa desta cadeia de gestão de resíduos.

A ONG Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing (WIEGO) e seu programa de Cidades Inclusivas tem como uma de suas ações a manutenção do Informal Economy Monitoring Study (IEMS). Como consta em seu website, tal estudo está engajado em monitorar continuamente dez cidades²⁷ pertencentes a países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento:

The IEMS combines qualitative and quantitative research methods to provide an in-depth understanding of how three groups of urban informal workers – home-based workers, street vendors, and waste pickers – are affected by economic trends, urban policies and practices, value chain dynamics, and other economic and social forces. The study also examines what factors help or constrain urban informal workers to respond to these forces. Over time, it is intended to assess the impact of these forces and factors on urban informal workers, their households, and their membership-based organizations (MBOs)²⁸.

Este estudo é realizado em articulação com as chamadas Organizações de Bases (MBOs) e outras organizações de apoio que fazem parte do projeto Cidades Inclusivas e especialistas em economia informal e métodos de pesquisa que formam o Comitê Consultivo Técnico.

Neste processo de monitoramento, ficam notórias algumas características elencadas pelos estudos de Michel Foucault acerca dos processos de governamentalidade das populações, notadamente, dos aglomerados urbanos. Uma destas características seria tornar a população como esta fonte de conhecimento e, mais importante, de reconhecimento acerca da realidade. A

²⁷ As cidades envolvidas são: Accra (Gana), Ahmedabad (Índia), Bangkok (Tailândia), Belo Horizonte (Brasil), Bogotá (Colômbia), Durban (África do Sul), Lahore (Paquistão), Lima (Peru), Nakuru (Quênia), e Pune (Índia).

²⁸ Disponível em: <http://wiego.org/wiego/informal-economy-monitoring-study-iems> (acesso em 06/06/2014).

população e suas manifestações características sendo reconhecida como um conjunto variado de processos que se necessita administrar e não mais intervir ou expurgar, portanto: “administrar no que têm de natural e a partir do que tem de natural” (FOUCAULT, 2008a, p. 91).

Esta análise sobre o uso da população como instrumento de governo e não mais como impedimento será uma característica moderna que diferencia os processos de governamentalidade. Nesta outra configuração, o levantamento, tratamento e análise de dados que “emanam” da vida dos aglomerados urbanos passam a ter o *status* de verdade nas ciências sociais, econômicas e ambientais. Foucault assim analisa tal princípio de governo que toma a população como base de dados: “rede contínua e múltipla de relações entre a população, o território e a riqueza que se constituirá uma ciência chamada ‘economia política’ e, ao mesmo tempo, um tipo de intervenção característica ao governo, que vai ser a intervenção no campo da economia e população” (2008a, p. 140-141).

Noção de razão governamental que reverbera na priorização de políticas públicas para fortalecimento das organizações produtivas de catadores, em detrimento do catador autônomo, ou seja, na promoção do catador instituído como atividade, ao mesmo tempo, coletiva e empresarial. No caso brasileiro estas priorizações de modos de organização dos catadores em cooperativas ou associações faz-se mais evidente pelo conjunto de legislações, por conjuntos de financiamentos estatais e privados. No entanto, em casos como na África do Sul, em que se observa uma grande dificuldade de organização dos catadores autônomos em coletivos empreendedores, seja por diferenças de idiomas, religiosas, de nacionalidade ou sociais²⁹, os relatos das instituições sociais, governamentais e não governamentais, sempre se esforçam em adequar o “modelo brasileiro” à realidade local.

Notadamente, percebem-se algumas diferenças de nuances nestes diferentes países quanto ao modo de organização dos catadores, quanto ao conjunto jurídico-político e quanto ao modo de articulação das indústrias em seus programas de inclusão social no contexto da gestão integrada de resíduos sólidos. Todavia, todas estas atividades refletem um contexto que transpõe as

²⁹ A África do Sul se caracteriza por um país que abriga um número variado de idiomas, religiões e também por abrigar um grande número de imigrantes de outros países africanos. Em visita aos municípios e aos grupos de catadores, tanto os organizados, mas principalmente entre aqueles que se localizam nos centros das cidades, existe uma grande variedade destes idiomas, muitos imigrantes ilegais que mudam constantemente de área para coleta dos recicláveis e ainda as diferenças de religião entre eles. Estes fatores dificultam em muito as tentativas das instituições sociais em organiza os catadores em empreendimentos.

territorialidades nacionais, as culturais locais, as especificidades econômicas, de idiomas e, até mesmo, religiosas.

A produção de tais discursos e práticas, que podemos ainda citar Foucault e denominar como práticas discursivas³⁰, coloca a estratégia de inclusão do setor informal em uma economia de mercado com finalidades (ou interesses) políticas, portanto, de governo. Trata-se de produção intencional de uma realidade e não uma argumentação natural sobre justiça social. Esta artificialidade que se apresenta coloca, para fins deste estudo, a emergência de um problema: quais as proveniências que deram condições para o aparecimento de uma estratégia de mercado que não mais optaria por expurgar ou tomar para si setores da economia informal, mas que, de modo diferente, acabaria por integrar tais mercados e trabalhadores, preservando algumas de suas características mínimas de expressão? Como esta nova forma de operar se alia a discursos e práticas que transpõem as territorialidades do modo Estado-Nação para se configurar num registro transterritorial de governo?

Talvez a chave para entender as proveniências de tal aliança esteja exatamente nesta sincronicidade com que se registra o fortalecimento de mercado inclusivo e a proposição de agendas globais de desenvolvimento não mais apenas econômico, como também social, e mais ainda, ambiental.

Esta sincronicidade se justifica pelo fato de que onde se encontram alguns termos chaves como inclusão de economia informal, ação local e desenvolvimento global, também se encontra uma plataforma de discursos e práticas a respeito do que se convencionou conceituar como desenvolvimento sustentável.

³⁰ Em *Arqueologia do Saber* (1986), Michel Foucault fará uma crítica aos processos de análise de discurso que o tomam apenas pelo seu aspecto representativo da realidade, ou seja: “o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever”. (Foucault, 1986, p.56).

Considerações finais

Esta estratégia de pesquisa pretende nos próximos doze meses aprofundar-se na inquietação provocada pela tecnologia da miséria humana. Michel Foucault em sua Aula Inaugural do Collège de France, *A ordem do discurso* (2005, p. 8), fala sobre esta “inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material, de coisa pronunciada ou escrita”. É sobre tal inquietude que encontramos o estilo metodológico de tal proposta. Trata-se então de não deixar o discurso da miséria passar como algo natural dos países considerados “não desenvolvidos”, mas perscrutar sobre suas proveniências, modos de sedimentação das práticas cotidianas e fluxos de interesses que os direcionaram para a noção em questão.

No entanto, a discussão parece ir além de um produto de exportação brasileira acerca do contexto da gestão de resíduos. O modelo que tenta se fortalecer, apesar de apontar para o uso das experiências brasileiras, também demonstra outras estratégias nos diferentes países. Na África do Sul a tentativa de exportar o “modelo brasileiro” parece ser mais notória. Em visita à cidade de Salsoburgo, região metropolitana de Johannesburgo, foi possível participar do lançamento da primeira cooperativa nos moldes brasileiros, financiada pela PETCO que se assemelha ao CEMPRE Brasil.

Nos outros municípios visitados na África do Sul, não foi possível verificar a mesma presença. No entanto, em reunião com a liderança nacional dos catadores e representante da SAWPA (South Africa Waste Pickers Association), também cooperado da cooperativa que estava sendo inaugurada, a tentativa de angariar novas cooperativas conforme o modelo brasileiro é evidente. Esta mesma liderança visitou o Brasil há três anos (2011), acompanhado pela PETCO e pelo presidente da PACSA (Package Council South Africa). Desde então foram movidos esforços e negociações para que o dia da inauguração chegasse. PETCO doou alguns equipamentos, inclusive uma prensa manual, que não oferece mudanças drásticas no modo de produção já que uma prensa manual torna o processo muito lento. Há de se ressaltar que a cooperativa não possui galpão, apenas uma cobertura de não mais que 36 m², para realizar todo o trabalho de triagem e prensagem dos materiais. O lugar não possui energia elétrica o que torna as condições de trabalho e de produtividade ainda piores. Mesmo assim, em todo o material doado havia placas com os dizeres “PETCO orgulhoso patrocinador”.

O discurso social e, portanto, de inclusão social, atravessa todas as instituições visitadas, sendo estas organizações não-governamentais ou instituições de representação do setor

industrialário. Assim, a instituição GroundWork (Pietermaritzburg, África do Sul) oferece suporte à SAWPA para abranger sua influência no país, já que esta representação ainda não aderência suficiente com a base. SAWPA foi idealizada por poucas pessoas e agora tentar aumentar seu número de associados.

Em reunião com representantes da instituição Asyie eTafuleni (Durban, África do Sul) constatou-se que oferece suporte aos catadores de papelão do centro da cidade e também aos catadores do aterro sanitário, porém, apesar de realizar reuniões mensais com os mesmos, ainda não propôs o início de uma cooperativa. No entanto, em reunião com representante da PETCO, estava programada uma capacitação deles para os catadores para apresentar o modelo brasileiro.

A instituição Solid Waste Network parece estar mais afastada deste contexto, pois tem como objetivo apenas coletar o material de catadores autônomos, que os acondiciona em suas próprias casas na favela de Phillip, e vender em conjunto para compradores maiores, conseguindo assim agregar valor ao material.

Na Índia, o uso deste modelo brasileiro é menos evidente, no entanto, a dificuldade de negociação também é premente com as indústrias para estabelecer um modo de contrato que não seja como inclusão social.

Em reunião com as duas instituições que apoiam os catadores em Nova Deli e Pune, Chintan e KKPKP, respectivamente, elas apontam para tal dificuldade de negociação. No entanto, em visita às duas cooperativas, Safai Sena (Nova Deli) e SWaCH (Pune), o presidente da primeira cooperativa havia participado do evento anual EXPOCATADORES, produzido pelo MNCR, enquanto a maior liderança dentre os catadores da cooperativa SWaCH não pode participar do mesmo evento por um imprevisto.

Em reunião com as instituições Chintan e KKPKP também relataram não haver nenhuma representação do setor industrialário no país que trate do tema reciclagem. As negociações são, portanto, pulverizadas entre diversas indústrias o que dificulta qualquer avanço na relação entre indústrias e representações de catadores. Também não existe no país nenhuma representação nacional dos catadores. Apesar da KKPKP ser um sindicato, trata-se de uma representação regional.

Em conversa com uma jornalista consultora da Chintan, em Mumbai, fui informado da encomenda por esta instituição um relatório que está para ser lançado no início do ano com um

cenário nacional sobre gestão de resíduos sólidos, em que constará um capítulo sobre a situação dos catadores de materiais recicláveis.

As mesmas instituições na Índia ainda relataram que algumas indústrias oferecem apoio no modelo de projetos sociais, especialmente a Coca-Cola, indústria que dirige o CEMPRE Brasil e a PETCO (África do Sul). Eles comentam como fator decisivo o fato de não haver menção aos catadores nas legislações a respeito da temática na Índia. Por este motivo, talvez, o setor industriário ainda não tenha organizado uma representação unívoca sobre reciclagem no país.

No Brasil, está para ser oficializado o primeiro sistema de recolhimento de embalagens pós-consumo no modelo nacional de responsabilidade compartilhada. O Acordo Setorial entre indústrias usuárias de embalagens e fabricantes de embalagens está em consulta pública, conta com o CEMPRE como articulador da proposta e como o MNCR como interveniente anuente³¹. Os próximos anos serão decisivos na definição de tal modelo e na oficialização por parte do governo federal de seus modos de operacionalização, monitoramento e demonstração de resultados.

³¹ Disponível em: <http://simat.mma.gov.br/acomweb/Media/Documentos/Propostaconsultaembalagens.pdf> (acesso em 13/10/2014).

Bibliografia

- ÁFRICA DO SUL, *National Enviromental Management: Waste Amendment Bill*. Republic of South Africa, MINISTER OF WATER AND ENVIRONMENTAL AFFAIRS, 2008, ISBN 978-1-4850-0103-7.
- ÁFRICA DO SUL, *Waste Act 2008. No. 59 of 2008: National Environmental Management: Waste Act*, MINISTER OF WATER AND ENVIRONMENTAL AFFAIRS, Republic of South Africa, 2008.
- AMORIM, Andreia S. Rosa *Sustentabilidade: entre a utopia, a prática e a estratégia empresarial*. 2009, 155f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – ESAG/Escola Superior de Administração e Gerência, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- ASIYE eTAFULENI – *Our story*. Durban. Disponível em: <http://aet.org.za.www12.flk1.host-h.net/our-story/> (acesso em 06/09/2014).
- BALBI, S. *Brasil já exporta sua tecnologia da miséria urbana*. *Folha De S. Paulo*, São Paulo, 21 maio 2006, p. B16.
- BRACELPA. *Apresentação*. Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa). Disponível em: <http://bracelpa.org.br/bra2/?q=node/191> (acesso em 01/12/2015).
- BRASIL. Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. *Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências*. D.O.U., Brasília, P. 1 (EDIÇÃO EXTRA), 23/12/2010.
- BRASIL. Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010. *Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências*. D.O.U., Brasília, P. 7 (EDIÇÃO EXTRA), 23/12/2010.
- BRICS. *Declaração de Fortaleza*. VI Cúpula dos BRICS. Fortaleza, 2014. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/vi-cupula-brics-declaracao-de-fortaleza> (acesso em 12/08/2015).
- CACCIAMALI, M. C. *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. São Paulo: Ed. IPE, 1983. (Série Ensaios Econômicos, n. 26).
- CARNEIRO, Beatriz Scigliano. A construção do dispositivo meio ambiente. *Ecopolítica*, São Paulo, n.4, p. 5-18, 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/13057> (acesso em 03/12/2012).
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução de Ingrid Müller Xavier; revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

- CEMPRE. Associados. Disponível em: <http://www.cempre.org.br/> (acesso em 23/05/2013).
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CNUDS), Rio de Janeiro, Brasil, 2012.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, Rio de Janeiro, Brasil, 3 - 14 de junho de 1992.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO HUMANO, 5, 1972, Estocolmo, Suécia. *Anais...* Estocolmo, Suécia: ONU, jun. 1972.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO HUMANO. *Agenda 21*. RJ, Centro de Informações das Nações Unidas, 1992.
- CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, *Plano de Implementação sobre a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável*, Johannesburgo, África do Sul, 26 de agosto - 4 de setembro de 2002.
- ELKINGTON, L. *Canibais de garfo e faca: seria sinal de progresso se um canibal utilizasse garfo e faca para comer?* Tradução de Patrícia Martins Ramalho. São Paulo: Makron Books, 2001.
- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1998, [1984].
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução de Eduardo Brandão; revisão da tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008a. (Coleção Tópicos).
- FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução Eduardo Brandão ; revisão da tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. Coleção Tópicos.
- GROUNDWORK. *About*. Pietermaritzburg. <http://www.groundwork.org.za/about.php> acesso em 06/09/2014.
- IBÁ. *Apresentação. Indústria Brasileira de Árvores*. Disponível em: <http://www.bracelpa.org.br/web/pt/institucional/apresentacao.htm> (acesso em 01/12/2014).
- IEMS. *Informal Economy Monitoring Study (IEMS)*. Disponível em: <http://wiego.org/wiego/informal-economy-monitoring-study-iems> (acesso em 06/06/2014).
- INCLUSIVE CITIES. *About us*. Disponível em: http://www.inclusivecities.org/about_us/ (acesso em 06/06/2014).

- INCLUSIVE CITIES. *Inclusive waste management*. Disponível em: <http://www.inclusivocities.org/policy-planning/inclusive-waste-management/> (acesso em 09/12/2014).
- India, *E-waste (Management and Handling) Rules 2011*. Government of India, Ministry of Environment and Forest, 2011.
- INDIA, *Plastic Waste (Management and Handling) Amendment Rules 2011*. Government of India, Ministry of Environment and Forest, S. O. 782(E), Gazzette of India, 21th April, 2011.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Relatório de pesquisa: Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para a Gestão Resíduos Urbanos*. Brasília, IPEA, 2010.
- ISWA. *Globalization and Waste Management: final report from ISWA Task Force*. International Solid Waste Association - ISWA, September, 2014.
- KKPKP. *About us*. Kagad Kach Kashtakari Panchayat, KKPKP. Pune. Disponível em: http://www.wastepickerscollective.org/index.php?mod=about_us (acesso em 06/09/2014).
- KREIN, J. D. & WEISHAUPT PRONI, M. *Economia informal: aspectos conceituais e teóricos /* Escritório da OIT no Brasil. - Brasília: OIT, 2010. 1 v. (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho n.4).
- LINDHQVIST, Lindhqvist. *Towards an [EPR]- analysis of experiences and proposals* April 1992.
- MNCR & CENTRO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS – PANGEA. *Direitos humanos e os catadores de materiais recicláveis*. [Organizadores: Roberto Rocha e AntonioBunchaft]. São Paulo-SP, 2008.
- NU-SOL. *A céu aberto: Controles, direitos, seguranças, penalizações e liberdades*. Núcleo de Sociabilidade Libertária, NU-SOL. 2014. Disponível em: <http://www.nu-sol.org/verve/verveview1.php?id=29> (acesso em 10/12/2014).
- O'NEILL, Jim. *Buiding better global economic BRICs*. Global Economics. Goldman Sachs, Paper Nº: 66, 30th November 2001.
- OIT. *Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya*. Report of an inter-agency team financed by United Nations Development Programme and Organized by the International Labour Office. Geneva, 1972.
- PASSETTI, Edson (2011a). “Governamentalidade e violência”. In: Currículo sem fronteira, v. 11, n. 1, pp. 42-53, 2011. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss1articles/passetti.pdf> (acesso em 10/12/2014).
- PASSETTI, Edson (2013). *Transformações da biopolítica e emergência da ecopolítica*. Revista Ecopolítica, São Paulo, n. 5, jan-abr, pp. 2-37. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/download/15120/11292> (acesso em 12/03/2014)
- PETCO. *History*. Johannesburg. Disponível em: http://www.petco.co.za/ag3nt/system/about_petco_03_history.php#SAPR (acesso em 06/09/2014).

- REES, W. & WACKERNAGEL, M. *Our Ecological Footprint: Reducing Human Impact on the Earth*, 1995.
- SAFAI SENA. *Home*. New Delhi. Disponível em: <http://www.safaisena.net/> (acesso em 06/09/2014).
- SOLID WASTE NETWORK. Cape Town. Disponível em: <http://sasdialliance.org.za/projects/solid-waste-network/> (acesso em 16/12/2014).
- SOUZA, R. A. & França, S. A. M. (2014). *Lixo, conduta humana e a gestão dos insuportáveis*. *Psicologia & Sociedade*; 26(n. spe.), 47-57. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26nspe/06.pdf>.
- SOUZA, R. A. *Fotografias*. Revista Circuito; Edição 1, set. 2014. (Foto de capa e fotografias no interior). Disponível em: http://issuu.com/circuscircuito/docs/circuito_n1
- SOUZA, R. A. *O lixo e a conduta humana: gestão dos insuportáveis na vida urbana*. 2013. 243 f. Tese (Doutorado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.
- SWACH. *Abut SWaCH*. Solid Waste Collection and Handling or SWaCH Seva Sahakari Sanstha Maryadit, Pune. Disponível em: <http://swachcoop.com/about-swachpune.html> (acesso em 06/09/2014).
- VINAGRE, T. A. & ALVES, S. *Nem aula, tampouco teatro... mas outra coisa*. Núcleo de Sociabilidade Libertária, NU-SOL, s/d. Disponível em: <http://www.nu-sol.org/agora/agendanota.php?idAgenda=463> (acesso em 09/12/2014).
- WASTE ATLAS. <http://www.atlas.d-waste.com/> acesso em 15/06/2014.
- WIEGO. *History and debates*. Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing – WIEGO. Disponível em: <http://wiego.org/informaleconomy/historydebates> (acesso em 08/07/2014).
- WIEGO. *Home*. Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing – WIEGO. Disponível em: <http://wiego.org/portugues> (acesso em 06/09/2014).